

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Pedro Henrique Mendes Ribeiro

ESCRAVOS E SUA SENHORA
ESTUDO DOS CATIVOS DA FAMÍLIA ALBUQUERQUE MARANHÃO (1823)

NATAL

2012

Pedro Henrique Mendes Ribeiro

ESCRAVOS E SUA SENHORA

ESTUDO DOS CATIVOS DA FAMÍLIA ALBUQUERQUE MARANHÃO (1823)

ESCRAVOS E SUA SENHORA

ESTUDO DOS CATIVOS DA FAMÍLIA ALBUQUERQUE MARANHÃO (1823)

Monografia apresentada junto ao curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para a obtenção do título de Bacharel sob a orientação da Prof.^a Dra. Carmen Alveal.

NATAL

2012

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Ribeiro, Pedro Henrique Mendes.

Escravos e sua senhora : estudo dos cativos da Família Albuquerque Maranhão (1823) / Pedro Henrique Mendes Ribeiro. – 2012.
64 f.: il.

Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História, Natal, 2012.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carmen Alveal.

1. Maranhão, Albuquerque, Família. 2. Escravidão – Rio Grande do Norte. I. Alveal, Carmen. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 94(813.2)

Pedro Henrique Mendes Ribeiro

ESCRAVOS E SUA SENHORA

ESTUDO DOS CATIVOS DA FAMÍLIA ALBUQUERQUE MARANHÃO (1823)

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para a obtenção do título de Bacharel em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Carmen Alveal

Natal, 13 de Dezembro de 2012

Prof. Dr. Carmen Alveal

Orientadora

Nome Prof. Dr. Fátima Martins Lopes

Banca Examinadora

Nome Prof. Dr. Lígio José de Oliveira Maia

Banca Examinadora

AGRACIAMENTO

A Deus e Ortiguita, sem os quais as barreiras jamais teriam sido transpassadas, o conhecimento não teria sido adquirido ou repassado, nem em minha vida haveria.

Aos meus pais, Evódia por ter me educado tão bravamente, e me ensinado o valor dos estudos, do respeito e da disciplina, e Marcos que mesmo distante soube, nos momentos certos, usar as palavras de estímulo e apoio, fundamentais para o caminho de um filho.

A minha avó, Neide, que sempre esteve presente no meu crescimento, ajudando minha mãe a me criar e educar.

A Teté (tia), que juntamente com minha mãe e avó ensinou-me o valor do carinho e amor, apoiando-me nos momentos mais difíceis de minha vida.

A Paulo, que soube ser o companheiro certo, apoiando, estimulando e entendendo os estudos e situações decorrentes da elaboração desta tese.

A minha família em geral, que sempre me apoiou e estimulou ao longo de meu crescimento.

A minha orientadora e amiga Professora Doutora Carmen Aparecida por ter sido capaz em tudo o potencial que nem eu mesma conhecia, pelas palavras, sugestões, pelo conhecimento a mim passado e, sobretudo, pelo apoio e estímulo, sem os quais esta tese não teria sido possível.

Aos professores que tive ao longo da vida, sei que cada um, a sua maneira, deu um pouco de luz para minha formação.

Aos amigos que o curso me proporcionou, Leila, Natia, Anne, Juliana, Amanda, Renata, dentre outros, pelo apoio e estímulo sempre presentes.

Aos amigos pessoais, Gabriela, Lilian, Caio, Flávia, pela atenção e cuidado tão necessários na minha vida.

Aos colegas de trabalho, Leila, Juliana, Geovani, dentre outros, pelos momentos finais da elaboração desta obra.

Aos meus pais, Marcos e Evódia.

À Voinha e Teté.

AGRADECIMENTO

A Deus e Oxaguiã, sem os quais as barreiras jamais teriam sido transpassadas, o conhecimento não teria sido construído ou repassado, nem em mim vida haveria.

Aos meu pais, Evódia por ter me educado tão bravamente, e me ensinado o valor dos estudos, do respeito e da disciplina, e Marcos que mesmo distante soube, nos momentos certos, usar as palavras de estímulo e apoio, fundamentais para o caminho de um filho.

À minha avó, Neide, que sempre esteve presente no meu crescimento, ajudando minha mãe a me criar e educar.

À Teté (tia), que juntamente com minha mãe e avó ensinou-me o valor do carinho e amor, apoiando-me nos momentos mais decisivos de minha vida.

A Paulo, que soube ser o companheiro certo, apoiando, estimulando e entendendo os estresses e ausências decorrentes da elaboração deste trabalho.

A minha família em geral, que sempre me apoiou e estimulou ao longo de meu crescimento.

À minha orientadora e amiga Professora Doutora Carmen Alveal, por ter enxergado em mim o potencial que nem eu mesmo conhecia, pelas broncas, correções, pelo conhecimento a mim passado e, sobretudo, pelo apoio e estímulo, sem os quais este trabalho jamais existiria.

Aos professores que tive nessa jornada, sei que cada um, a sua maneira, teve sua relevância na minha formação.

Aos amigos que o curso me proporcionou, Leka, Naara, Anne, Liliane, Amanda, Renata, Helaine, pelo apoio e estímulo sempre presentes.

Aos amigos pessoais, Gabriela, Liliane, Camila, Hudson, pela atenção e carinho tão necessários na minha vida.

Aos colegas de trabalho, Leila, Juliana, Gercina, pelo apoio reconfortante nos momentos finais da elaboração desta obra.

Emfim, a todos que direta ou indiretamente se fizeram presentes em minha vida,
ensinando-me a lutar, perseverar e ser a pessoa que sou hoje.

RESUMO

Estuda a escravidão negra no Rio Grande do Norte e, de certa maneira, se de encontro ao que, por muito tempo, a historiografia local tem afirmado: não acontecimento. A relativa importância do cativo não arretada nesta Província. Desta forma, os estudos sobre o assunto são íntimos, e não luxuosos. Nesta perspectiva, o presente estudo tem por objetivo perceber a presença do trabalho cativo que ocorria na Província do Rio Grande do Norte. Utilizou-se o inventário de um membro da família Albuquerque Maranhão, datado de 1823, com a finalidade de analisar o perfil dos cativos registrados no documento. Esta família, presente na Província desde sua fundação, é detentora de grandes extensões de terra desde o século XVII, ocupei-se premente na economia e política da Província, possuindo relevante quantidade de escravos em suas terras. No referido documento, é possível observar a listagem dos cativos pertencentes à escravidão de D. Antônio Joaze do Espírito Santo Ribeiro, assim como seus ofícios desempenhados nas fazendas, gênero, valor e idade.

Palavras-chave: Albuquerque Maranhão, Escravidão, Rio Grande do Norte.

Êpa Babá!

Saudação Iorubá

RESUMO

Estudar a escravidão negra no Rio Grande do Norte é, de certa maneira, ir de encontro ao que, por muito tempo, a historiografia local tem afirmado tão veementemente: a efetiva importância do cativo não ameríndio nesta Província. Desta forma, os estudos acerca do assunto são ínfimos, se não inexistentes. Nesta perspectiva, o presente estudo tem por objetivo perceber a presença do trabalho cativo não ameríndio na Província do Rio Grande do Norte. Utilizou-se o inventário de um membro da abastada família Albuquerque Maranhão, datado de 1823, com a finalidade de analisar o perfil dos cativos registrados no documento. Esta família, presente na Província desde sua fundação, e detentora de grandes extensões de terra desde o século XVII, participou ativamente na economia e política da Província, possuindo relevante quantidade de cativos em suas terras. No referido documento, é possível observar a listagem dos cativos pertencentes à inventariada, D. Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro, assim como seus ofícios desempenhados nas fazendas, gênero, valor e idade.

Key words: Albuquerque Maranhão; Escravidão; Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Albuquerque Maranhão; Escravidão; Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

Studying non-native slavery in Rio Grande do Norte is, in its way, to go against of what has been affirmed by the traditional historiography: the non-native slaves' importance in this Province. Therefore, the information and researches are rare, or don't exist. Due to this fact, this research aims to identify the presence of the non-native slaves in Rio Grande do Norte Province. The inventory from a member of the wealthy family Albuquerque Maranhão of 1823 has been used to analyse the slaves' profile listed on the document. The mentioned family had been present in this Province since its foundation, back on the 17th century, owner of large pieces of land, took part in politics and economics of the Province. A large number of slaves, were in this family's properties. On the inventory is possible to identify the list of slaves that were under the care of Mrs. Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro, and so their part on the plantation, gender, age, health, and value

Key-words: Albuquerque Maranhão; Slavery; Rio Grande do Norte

LISTA DE GRÁFICOS

Mapa 1: Área de influência das fazendas de Cuiabá e Tamatãduba.....	44
Gráfico 1: Família de Jerônimo de Albuquerque (O Torto).....	22
Gráfico 2: Família de Jerônimo de Albuquerque Maranhão e Catharia Feijó.....	23
Gráfico 3: Família de Matias de Albuquerque Maranhão e Isabel da Câmara.....	25
Gráfico 4: Família de André de Albuquerque Maranhão e Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro	27
Gráfico 5: Escravos por faixa de produtividade	56

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Área correspondente aos engenhos Cunhá e Tamatanduba	44
Tabela 2: Dívidas ativas e passivas	39
Tabela 3: Classificação dos animais	41
Tabela 4: População cativa	32
Tabela 5: Fazenda e seus valores	45
Tabela 6: Atividade e ocupação	49
Tabela 7: Etnia / Porto de procedência	52
Tabela 8: Classificação étnica dos cativos	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Metais valiosos	37
Tabela 2: Dívidas ativas e passivas	39
Tabela 3: Classificação dos animais	41
Tabela 4: População cativa	42
Tabela 5: Fazenda e seus valores	45
Tabela 6: Atividade e ocupação	49
Tabela 7: Etnia / Porto de procedência	52
Tabela 8: Classificação étnica dos cativos	54

4.1 Atividade

4.2 Etnia / porto de procedência

4.3 Fazenda e valores

4.4 Valor dos cativos

5. CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CAPÍTULO 1: UMA FAMÍLIA, UMA HISTÓRIA.	21
2.1 Uma família e sua linhagem	21
2.2 A revolução de 1817.	30
3. CAPÍTULO 2: UMA SENHORA, UMA FORTUNA.	34
3.1 Bens Móveis.	35
3.1.1 Objetos pessoais.	35
3.1.2 Dívidas.	38
3.2 Bens semoventes.	39
3.3 Bens imóveis.	43
4. CAPÍTULO 3: UMA SENHORA, SEUS ESCRAVOS.	47
4.1 As atividades.	48
4.2 Etnia / porto de procedência.	51
4.3 Idade e saúde.	53
4.4 Valor dos cativos.	57
5. CONCLUSÃO.	59
BIBLIOGRAFIA.	62
ANEXOS	64

1. INTRODUÇÃO

A historiografia norte riograndense muito tem retratado acerca da inexpressividade da escravidão negra nestas terras, e, portanto, pouco tem analisado o uso do cativo não ameríndio na Província do Rio Grande do Norte. Contudo, essa mesma historiografia observa a presença de negros africanos desde 15 dias após a fundação da cidade do Natal, sendo destinados para a plantação¹. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, duas atividades econômicas desenvolveram-se nas terras potiguares: o plantio da cana de açúcar na faixa litorânea e a pecuária, estabelecida no interior.

Embora o estabelecimento de engenhos destinados à fabricação do açúcar tenha sido de pequena escala, as terras destinadas ao plantio da cana de açúcar eram vastas e inúmeras, necessitando de mão de obra que cultivassem essas terras, mesmo que a matéria prima fosse ser trabalhada no engenho de outra propriedade.

É certo que a corrente historiográfica das décadas de 1920 e 1950 possuía características distintas das que podem ser observadas na historiografia estabelecida na década de 1980. Percebe-se, na primeira metade do século XX, a preocupação da construção da história do Rio Grande do Norte, e, portanto, uma história geral dos acontecimentos que foram responsáveis pela estruturação do estado e sua população. Dentre os estudiosos destacam-se Augusto Tavares de Lyra, que escreveu em 1921 a primeira História do Rio Grande do Norte. Em 1922 foi publicado por Rocha Pombo outra obra, de mesmo título, a segunda sobre a história do Estado. Finalmente em 1955, Luis da Câmara Cascudo publica a terceira obra destinada à construção da história do seu estado.

As três obras acima listadas tinham as mesmas características de estrutura e escrita. Os autores tinham a preocupação de relatar minuciosamente os fatos ocorridos desde os primeiros contatos dos colonizadores, até momentos próximos à sua época. As narrativas encontradas assemelham-se inclusive nos detalhes, nomes e datas apresentados. Narrativas destinadas aos heróis.

¹ CASCUDO, Luiz da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2.ed. Natal: FJA, 1984. p. 37. Contudo, o primeiro registro de escravos de origem africana no Rio Grande do Norte é quando da vinda dos jesuítas, que trouxeram quatro escravos.

A partir da década de 1980 a escrita historiográfica passou a sofrer maiores influências da segunda geração dos *Annales*, ampliando as perspectivas, abarcando novas abordagens, analisando novas possibilidades de fontes. Dentre essas novas abordagens, formulou-se o que posteriormente passou a ser chamado de “história social”, que via os grupos sociais e os processos determinantes e seus resultados como centro dos novos problemas a serem estudados.²

Contudo, deve-se observar que a historiografia sobre o Rio Grande do Norte pouco se alterou desde os primeiros textos publicados, ainda lá em 1921. Os professores Suassuna e Mariz, publicaram, em 2005, uma obra que se assemelhava, não somente no título “História do Rio Grande do Norte”, mas também no conteúdo e na forma de trabalhar esse conteúdo, às primeiras obras publicadas. Uma história geral, detalhista, destinada a demonstrar os fatos e heróis do estado. Em uma publicação posterior à de 2005, da professora Denise Monteiro, em 2007, é possível observar algumas mudanças, embora nada deveras significante.

Em nenhum desses estudos, o negro escravo teve atenção significativa à sua existência nas lavouras ou pecuária. Sempre repetiu-se que a existência do negro nas terras norte riograndense ocorreu de forma irrisória, e não houve a preocupação de analisar qual o perfil desse cativo, mesmo que, comparado às demais províncias, não representassem um grande contingente.

O Rio Grande do Norte, assim como a grande parte das capitanias / províncias do atual Nordeste, senão todo ele, desenvolveu-se sobre o alicerce da economia agrária e pecuarística. Para tal fim, especialmente no cultivo da cana de açúcar, era necessária a utilização de extensa mão de obra, que àquele tempo restava uma opção: o cativo, fosse ele negro ou ameríndio. Embora a Capitania, e posteriormente Província, do Rio Grande do Norte não estivesse no centro das atenções da Corte, estando sempre à margem de seus interesses, a existência de fazendas destinadas ao cultivo da cana, e engenhos ao fabrico do açúcar, é inegável. Desta forma, fica evidente que o negro teve sua importância para a manutenção da Província e, estando presente, interagindo com a sociedade, deixou suas marcas.

Este estudo tem por objetivo procurar indícios da existência do cativo, não ameríndio, e, sobretudo, como esse cativo foi utilizado nos engenhos do Rio Grande do Norte, na transição da colônia para a instalação do Império. Analisar quais as funções desse

² CASTRO, Hebe. *História Social*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo [Orgs.]. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45 - 59.

agrupamento social cativo, e qual o seu perfil, estabelecendo um contraponto com o que a muito tem sido afirmado sobre a utilização da mão de obra escrava na província, também torna-se relevante nesta pesquisa.

Em especial, trabalhar-se-á com o inventário *post mortem* da tradicional e abastada família Albuquerque Maranhão, do ano de 1823³. Influente no âmbito econômico-administrativo da província, a família era a proprietária do engenho Cunhaú, fundado em 1603, localizado no atual município de Canguaretama, situado a 77 km de Natal, no qual, segundo o documento, trabalhavam 82 escravos, e do engenho Tamatanduba, localizado em Pedro Velho, a 87km da capital, no qual constam 55 cativos, sendo, no total, 30% crianças.

O foco deste trabalho, assim, é perceber qual a importância da grande quantidade de cativos menores de sete anos, existente nas propriedades da família, sendo que a grande maioria desses cativos eram, aparentemente, órfãos, ou os pais são desconhecidos. Também se pode perceber qual a procedência desses cativos, cujas mães e parentes não foram registrados, tornando-se relevante, entre outros motivos, para a percepção da atividade de compra de cativos das propriedades.⁴

O engenho Cunhaú foi fundado por Jerônimo de Albuquerque, no momento em que substituiu João Rodrigues Colaço como Capitão da Fortaleza dos Reis Magos, e doado aos seus dois filhos, Antônio e Matias de Albuquerque. Jerônimo foi um dos que possivelmente fundou a cidade do Natal, embora a própria historiografia não tenha certeza dessa informação.⁵ Foi neste referido engenho, que, em 1634, os índios Janduis, sob comando dos holandeses vindos de Recife, massacraram a população local, considerado um dos episódios mais sangrentos da história do Rio Grande do Norte. Ao ano de 1817, em consequência da Revolução daquele mesmo ano, morreu o último herdeiro direto de Jerônimo de Albuquerque, portanto, o último senhor hereditário do Cunhaú.

O inventário *post mortem*, contudo, refere-se à Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro, mãe de André de Albuquerque Maranhão. Com isso, o trabalho referenda a família

³ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Engenho Cunhaú à luz de um inventário*. Natal: FJA, 1993.

⁴ No tocante à quantidade de crianças escravas em uma propriedade rural, tal como as da família Albuquerque Maranhão, José Roberto Góes e Manolo Florentino publicaram um texto no qual observam, entre outros assuntos, que a quantidade de crianças cativas estava diretamente ligada à frequência com a qual o proprietário adquiria novos escravos. Da mesma forma liga-se o número de cativos órfãos.

⁵ SUASSUNA, Luiz Fernando Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte*. 2.ed Natal – Sebo vermelho edições, 2005. p. 37.

Albuquerque Maranhão como um todo, embora o centro do estudo seja a inventariante e seu filho “Andrezinho do cunhaú”⁶.

Este trabalho objetivou perceber o perfil do cativo não ameríndio nas propriedades de dona Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro, na transição da colônia para o Império, a partir da família Albuquerque Maranhão.

Além disso, também se procurou compreender a linhagem da família Albuquerque Maranhão como fator determinante na formação do cabedal de Antônia Josefa; perceber e analisar os bens móveis, imóveis e semoventes da inventariada, mensurando assim seu cabedal inventariado; e finalmente, analisar o perfil dos cativos listados no inventário, assim como sua função e a utilização dos escravos menores de sete anos e maiores de 40 anos presentes nas propriedades;

O presente tema mostrou-se relevante mediante ao que se vem desenvolvendo na historiografia brasileira nos últimos 20 anos, especialmente após os problemas discutidos pela segunda geração dos Annales chegarem ao Brasil. Ao analisar a nova historiografia norte rio-grandense, foi percebida uma lacuna no tocante ao período colonial e início do império. Com isso deu-se início à análise do inventário de uma das famílias mais abastadas do período, a fim de analisar o perfil do cativo e da escravidão do Rio Grande do Norte à época.

A principal fonte para análise da pretendida pesquisa encontra-se transcrita e publicada, além de estar arquivada nos principais arquivos do Estado. Considerando que o texto de Henry Koster⁷ também será analisado para fins da pesquisa, deve-se observar que o mesmo também se encontra publicado no idioma vernáculo, embora a cópia disponível para esta pesquisa tenha sido em inglês. Para fins práticos da leitura, a tradução das citações será apresentada no rodapé de cada página.

Uma vez que não há trabalhos anteriores que abordem o tema específico da escravidão na região, esta pesquisa oferece à sociedade acadêmica uma possibilidade de perceber como se estruturou a escravidão no Rio Grande do Norte, mais especificamente na faixa litorânea, suprimindo a carência de estudos acerca do tema na localidade.

⁶ Devido ao homônimo seu primo, senhor de Estivas, a historiografia refere-se a André, filho de Antônia, senhores do Cunhaú e Tamatanduba, como pelo seu apelido.

⁷ KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. London: Paternoster-row, 1816. p. 61 – 63.

Os primeiros trabalhos publicados sobre a história do Rio Grande do Norte tinham como objetivo a criação e estruturação da história deste estado. Naturalmente, devido ao período em que foi escrita, essa história veio carregada de fatos e datas, dando grande importância aos personagens que julgavam ser de maior relevância para a história local. Contudo, com o desenvolvimento da “nova história”, proporcionada pela escola dos Annales, novas perspectivas foram sendo englobadas aos estudos históricos. Dentre essas perspectivas, pode-se verificar a possibilidade de estudar grupos sociais que antes não eram vistos como agentes históricos. Desta forma, os novos estudos historiográficos acerca do Rio Grande do Norte têm trazido essa nova marca da escrita da história. Todavia, essas novas abordagens chegam a passos lentos, e muito ainda há o que ser observado.

Em meio às novas pesquisas que se baseiam na “nova história”, podem-se destacar os trabalhos da Prof. Fátima Martins Lopes⁸, acerca dos povos indígenas no Rio Grande do Norte. Dentre esses trabalhos inclui-se também as pesquisas do Prof. Muirakytan Kennedy de Macêdo⁹, da Prof. Denise Mattos Monteiro¹⁰ e Helder Alexandre Medeiros de Macedo¹¹. Embora existentes, esses novos trabalhos focam em aspectos da história do Rio Grande do Norte, que fogem à escravidão não ameríndia na Capitania ou Província, para a faixa litorânea.

Os novos trabalhos pouco têm contemplado o agrupamento social composto pelos cativos negros, africanos ou não, que fizeram parte da mão de obra nas propriedades de terra da Capitania e posteriormente, da Província. Especialmente na faixa denominada “zona da mata”, onde se localizavam as plantações de cana de açúcar e os engenhos destinados à produção do açúcar, a presença desse cativo nessa localidade, foi de grande valia.

Este trabalho torna-se relevante uma vez que objetiva verificar a utilização de mão de obra cativa, não ameríndia nas propriedades de uma abastada família local. Através da análise do inventário *post mortem* de Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro, objetiva-se verificar a

⁸ LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. 2005. 700p. Tese (Doutorado em História do Brasil) UFPE. Recife. e LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários*. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

⁹ MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense*. Natal ; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012. e MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos cabedais: cotidiano nos sertões do Seridó (século XVIII)*. 2007. 300p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

¹⁰ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. 3.ed. Natal: EDUFRN, 2007.

¹¹ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens*. Natal: EDUFRN, 2011.

existência de escravos que aparentemente não exercem função ativa nas atividades diárias, tais como os cativos menores de sete anos, e os maiores de 40. Os resultados desse estudo proporcionará à historiografia norte riograndense o acréscimo de informações importantes, tais como a procedência dessas crianças, quais os motivos de sua manutenção no engenho. Com esse estudo, poder-se-á estabelecer um perfil da escravidão não ameríndia nos limites com a Província da Paraíba, assim como o perfil do cativo dessas propriedades.

Desta forma, à sombra das novas abordagens historiográficas, inauguradas pela Escola dos Annales, contrapondo-se às abordagens da historiografia tradicional, a constatação demográfica, por meio de registros paroquiais e processos judiciais, originaram a reavaliação das afirmações acerca da negação da existência da família escrava na sociedade brasileira. Muito foi dito sobre a inexistência de famílias entre os cativos, devido aos moldes aos quais se encaixou a escravidão no Brasil, assim como a forma como os cativos conviviam entre si. Objetivando preencher as lacunas decorrentes das novas abordagens, a conjugação da História Social¹², processos judiciais e fontes demográficas foi de extrema valia, na perspectiva de iluminar as novas teorias acerca da escravidão brasileira.

Nessa perspectiva, o trabalho tomou como base os seguintes conceitos: escravidão, infância e família escrava. Foi adotado o conceito moderno de escravidão, o qual toma o escravo como uma mercadoria¹³, semelhante a qualquer outro objeto de compra e venda, contudo sob o olhar da História Social, no qual o cativo é tão agente histórico quanto o homem livre. O cativo é, neste sentido, um bem alienável, sujeito à compra, venda e aluguel, ou quaisquer transações comerciais semelhantes, sendo garantida sua condição cativa pela hereditariedade materna. No tocante ao conceito de infância, levar-se-á em conta os padrões observados em documentos como testamentos, cartas de alforria e inventários *post mortem*, nos quais os cativos menores de sete anos não são apresentados com nenhuma função de trabalho ativo ou passivo¹⁴. A partir desta idade, os cativos aparecem na documentação com algumas funções dentro das propriedades, mesmo que acompanhadas pelas mães. Por fim, no que diz respeito à família, abordou-se a família como coabitação de parentes consanguíneos

¹² CASTRO, Hebe. História Social. In CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *op cit.* p. 45 – 60

¹³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550 – 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹⁴ Para maior detalhamento sobre a infância do escravo ver MATOSO, Kátia. *O filho do escravo*. In: DEL PRIORE, Mary. (Org) *História da Criança no Brasil*. Contexto. São Paulo.

ou por afinidade, desde a forma mais básica (pai, mãe e filho) até as formas mais complexas de famílias extensas ou alargadas¹⁵.

De porte desses conceitos, a pesquisa seguiu, no primeiro momento, pelo caminho de quantificar a demografia escrava das propriedades pertencentes à Josefa do Espírito Santo Ribeiro, com base no inventário *post mortem*. Analisou-se o perfil do cativo, seus ofícios, sexo, origens étnico-raciais, valores e, sobretudo, idade. Para tal fim, foi verificado o inventário já mencionado, transcrito por Olavo de Medeiros Filho. Classificou-se, os bens em três categorias: imóveis, correspondentes às propriedades de terras e edificações; os bens semoventes constituem os escravos e animais de criação; por fim, os bens móveis constituem nos bens pessoais, utensílios domésticos, tecidos, joias etc.

No caso deste trabalho, utilizou-se um inventário *post mortem* de um membro da família Albuquerque Maranhão. Tais documentos, juntamente com os testamentos¹⁶, são de grande importância para os estudos historiográficos, uma vez que sugerem estudos referentes às sucessões e heranças, além de possibilitar a observação da demografia escrava das propriedades. Documentos de cunho eclesiástico e jurídico-civil, os inventários e testamentos podem conter informações de ordem social, econômica, cultural, religiosa, política e administrativa¹⁷.

No caso específico dos inventários, estes tratam de processos judiciais, que têm o intuito de legalizar a transferência de bens, precedendo às partilhas. Analisam tudo o que estava na posse do falecido até o momento de sua morte como terras, habitações, escravos, móveis, gado, produções, ferramentas, joias, objetos de uso pessoal e doméstico, entre outros bens. Vale ressaltar que o formato dos inventários pouco sofreu alterações no decorrer dos séculos XVI e XIX e todos eles apresentam praticamente os mesmos tipos de informações, o que permite um estudo comparativo entre famílias, parentes e períodos.

No primeiro capítulo será analisada a família Albuquerque Maranhão, desde seu primeiro membro a desembarcar na colônia luso-americana. Serão verificados casamentos, posses, filiação, cargos e títulos que os membros possuíram ao longo dos séculos XVII até André de Albuquerque Maranhão, em 1817. Além das informações acerca dos membros da

¹⁵ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 35-76.

¹⁶ Já foi comentado anteriormente acerca da inexistência de testamentos do inventariante. A morte inesperada certamente é uma justificativa mais que plausível para tal caso.

¹⁷ Um estudo bem detalhado sobre inventários e testamentos pode ser observado em STANCZYK FILHO, Milton. *Instrumentos de Pesquisa: indicadores possíveis na exploração de testamentos e inventários post-mortem. Anais da V Jornada Setecentista*- Curitiba, 2003.

família, será dedicada atenção ao levante de 1817, a fim de apresentar a relevância de André de Albuquerque naquele momento, além de ter culminado em sua morte.

O capítulo segundo destina-se à análise do inventário como um todo. Analisou-se a listagem de todos os bens da inventariada, desde seus objetos pessoais, às propriedades imóveis a ela pertencentes. Ao longo deste estudo, foi percebido que a família possuía poucos bens móveis listados no documento, fato que se contrapõe às narrativas dos viajantes que visitaram a propriedade poucos anos antes da morte de Dona Josefa do Espírito Santo Ribeiro. Este será, então, mais um ponto a ser levantado e analisado no referido capítulo.

Por fim, o terceiro e último capítulo, destinou-se à análise mais aprofundada dos bens semoventes, especialmente os cativos que se encontravam sob a posse de Dona Antônia. Foram analisadas todas as informações disponíveis no documento, como idade, estado de saúde dos cativos, etnia e porto de procedência, a função desenvolvida dentro das propriedades, assim como o sexo dos cativos. O valor correspondente aos cativos listados no inventário também foi analisado para a elaboração deste trabalho.

Assim, acredita-se que com este estudo de caso sobre os cativos de origem africana, um pouco mais de luz sobre a história do Rio Grande do Norte contribua para a compreensão da formação da sociedade potiguar.

2.CAPÍTULO 1

UMA FAMÍLIA, UMA HISTÓRIA

2.1 UMA FAMÍLIA E SUA LINHAGEM

O estudo de uma família que viveu ao longo dos séculos XVI e XIX¹⁸, entre idas e vindas das capitanias de Pernambuco ao Maranhão, é uma tarefa no mínimo conturbada, especialmente no que diz respeito às divergências entre historiografia e os escassos documentos encontrados em arquivos espalhados pelo país.

Esse primeiro capítulo dedicar-se-á à trajetória da família Albuquerque Maranhão, da linhagem direta do primeiro Albuquerque vindo de Portugal até André de Albuquerque Maranhão, principal líder da revolução de 1817. Nessa trajetória, passar-se-á pelos idos da década de 1530 até a primeira metade do século XIX, na tentativa de observar e entender a participação que a família teve na história do Rio Grande, e, sobretudo, entender suas posses, fonte principal deste estudo.

O estudo de uma família começa pelo patriarca. Neste caso, trata-se de Jerônimo d'Albuquerque, o Torto, nascido em Portugal. Sua chegada à colônia luso americana ocorreu em 1535¹⁹, juntamente com sua irmã Brites de Albuquerque e Duarte Coelho, seu cunhado.²⁰ O fato de estar na companhia de Duarte Coelho, possibilitou alto grau de prosperidade a Jerônimo, uma vez ter sido Coelho Fidalgo da Casa Real, e 1º Capitão-Donatário da Capitania de Pernambuco.

Ao chegar às terras americanas, Jerônimo foi aprisionado pelos nativos. Por inteligência ou amor à filha do tuixaua Ubiraubi, Arco Verde, Jerônimo contraiu matrimônio com sua filha, que ao batizar-se pelos ritos católicos, recebeu o nome de Maria do Espírito Santo Arco Verde²¹. Fruto deste matrimônio houve três filhos homens, Manoel de

¹⁸ O período citado diz respeito ao momento da chegada do primeiro Albuquerque nas colônias luso-americanas e se estende até a formulação do inventário, fonte principal deste estudo. Existiram, contudo, predecessores e herdeiros que viveram, e vivem, além do recorte temporal determinado para esse estudo. Porém, não se tornam relevantes para a pesquisa.

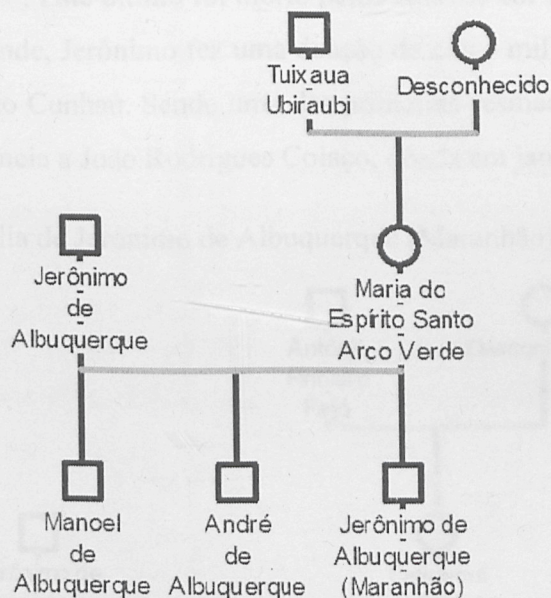
¹⁹ CASCUDO, Luis da Câmara. *Casa de Cunhaú: história e genealogia* – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p. 43

²⁰ Ibid. p.43;

²¹ Ibid. p.43.

Albuquerque, André de Albuquerque e Jerônimo de Albuquerque²². Pouco é sabido acerca dos dois primeiros filhos de Jerônimo e Arco Verde. Contudo, Jerônimo de Albuquerque, o filho, teve ativa participação na colonização e ocupação das capitâneas do Norte, especialmente as do Rio Grande e Maranhão.

Gráfico 1: Família de Jerônimo de Albuquerque (o Torto)



FONTE: FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. Nobiliarchia Pernambucana. In. *Anaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. 1.v.

De acordo com Cascudo e Rocha Pombo²³, quando Manuel Mascarenhas Homem partiu para colonizar o Rio Grande, Jerônimo de Albuquerque, o filho, foi indicado para segui-lo, e posteriormente, eleito o primeiro capitão do forte dos Santos Reis, cuja edificação foi concluída em 24 de junho de 1598²⁴. Embora existam divergências quanto ao fundador da cidade do Natal, Cascudo indica a participação de Jerônimo, também no momento da demarcação da cidade. Por outro lado, Rocha Pombo indica que o capitão haveria apenas iniciado o processo de fundação da cidade e logo depois teria partido para Pernambuco²⁵.

Em 1614, Jerônimo de Albuquerque participou da conquista do Maranhão contra os franceses, e como gratificação, D. Felipe II de Castela, período no qual as coroas ibéricas encontravam-se unidas, concedeu o acréscimo do termo “Maranhão”, como sobrenome do

²² FONTE: FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. Nobiliarchia Pernambucana. In. *Anaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. 1.v, p. 9.

²³ POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1923, p. 33

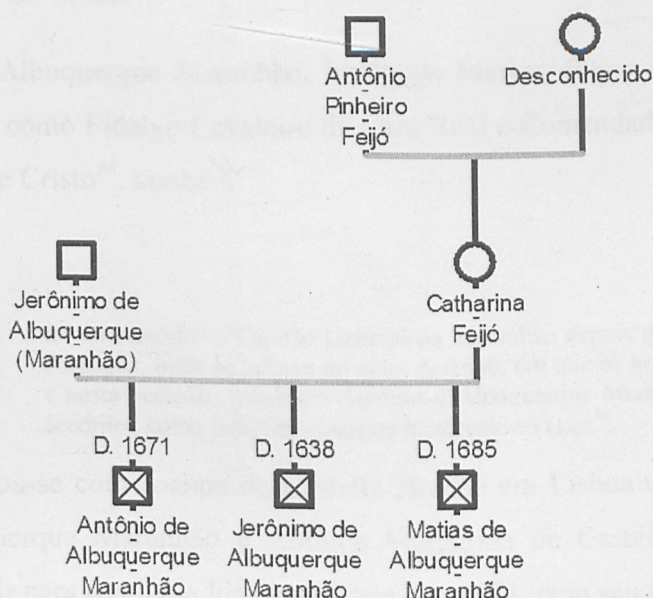
²⁴ CASCUDO, Luis da Câmara. *op. cit.*, p.44. ; _____. *História do Rio Grande do Norte*. - Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. p 24. ; POMBO, Rocha. *op. cit.* p. 42.

²⁵ POMBO, Rocha. *op. cit.* p. 47 – 48.

conquistador, passando, a partir daquela data, a ser chamado por Jerônimo de Albuquerque Maranhão, assim como todos os seus descendentes diretos.

Jerônimo de Albuquerque Maranhão casou-se com Dona Catharina Feijó, que por sua vez era filha de Antônio Pinheiro Feijó, feitor-mor da Armada²⁶. Frutos dessa união nasceram Antônio de Albuquerque Maranhão, Matias de Albuquerque Maranhão e Jerônimo de Albuquerque Maranhão²⁷. Este último foi morto pelos batavos em 1638²⁸. No período em que administrava o Rio Grande, Jerônimo fez uma doação de cinco mil braças quadradas aos seus filhos²⁹, na várzea do rio Cunhaú. Sendo uma das primeiras sesmarias doadas na capitania. A primeira sesmaria pertencia a João Rodrigues Colaço, doada em janeiro de 1600³⁰.

Gráfico 2: Família de Jerônimo de Albuquerque (Maranhão) e Catharina Feijó



FONTE: FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. *Nobiliarquia Pernambucana*. In. *Anaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. l.v.

Nesse momento é necessária uma pausa para a explicação de algumas divergências encontradas ao longo do estudo que gerou este trabalho. Ao analisar a Nobiliarquia Pernambucana, pode-se observar que Jerônimo de Albuquerque Maranhão e Dona Catarina Feijó tiveram três filhos, os quais foram listados acima. Contudo, Cascudo sugere que o casal teve apenas dois filhos, sendo eles Antônio de Albuquerque Maranhão e Matias de

²⁶ FONTE: FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da.. *op. cit.*, p. 9.

²⁷ *Ibid.* p. 9.

²⁸ *Ibid.* p. 9.

²⁹ CASCUDO, Luis da Câmara. . *Casa de Cunhaú: história e genealogia* – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p.44.

³⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. - Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. p 44.

Albuquerque Maranhão. Uma vez que na Nobiliarquia Pernambucana nada é mencionado acerca de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, suposto irmão de Antônio e Matias, além de seu falecimento causado pelos holandeses, nada mais será dito sobre ele, seguindo, portanto, a linha hereditária apresentada por Cascudo.

Regressando à sesmaria doada em 2 de maio de 1604³¹ por Jerônimo aos seus filhos, essa propriedade recebeu o nome de Cunhaú, devido à várzea na qual se encontrava. Segundo Cascudo, o rei ordenou a repartição, em 1612, da sesmaria devido ao seu tamanho exagerado. De acordo com o referido autor, assim foi feito e a propriedade foi reduzida pela metade, confirmada em 1628³². Contudo, na obra da historiadora Denise Mattos Monteiro³³ é possível verificar que a propriedade dos irmãos Albuquerque Maranhão foi confirmada com a mesma extensão com a qual foi doada.

Antônio de Albuquerque Maranhão, irmão de Matias, filhos de Jerônimo, recebeu diversos títulos, tais como Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e Comendador de Santo André do Ervedal na Ordem de Cristo³⁴, também

foi Governador e Capitão General do Maranhão depois de governar a Capitania da Parahyba, onde se achava no anno de 1630, em que os holandees tomaram Olinda, e nesta ocasião procedêo Antônio d'Albuquerque Maranhão com todo o valor e accordo, como referem os nossos historiadores (*sic*)³⁵.

Antônio casou-se com Joanna de Castello Branco em Lisboa e tiveram como filhos Affonso de Albuquerque Maranhão e Antônia Margarida de Castello Branco³⁶. Affonso morreu no mar ao vir para a colônia luso americana, em 1671, com seu tio Affonso Furtado de Mendonça, o 1º Visconde de Barbacena. Por outro lado, Antônia casou-se com Brás Telles de Meneses, mas pouco viveram juntos, uma vez que se recolheram em conventos, onde seguiram vidas religiosas distintas³⁷ e nada mais é sabido acerca deles.

Matias de Albuquerque Maranhão, o segundo filho de Jerônimo, também Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Comendador da Comenda de São Vicente da Figueira, na Ordem

³¹ Ibid. p.44.

³² Ibid. p.45.

³³ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. -2.ed. rev. – Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 2002.p. 299

³⁴ FONTE: FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. *op. cit.*, p.10

³⁵ Ibid. p. 10.

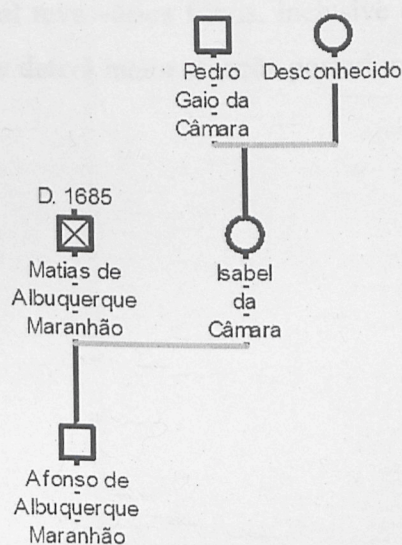
³⁶ Ibid. p. 10 ; CASCUDO, Luis da Câmara. *op. cit.*, p.45.

³⁷ Ibid. p. 10; CASCUDO, Luis da Câmara. *op. cit.*, p.45.

Militar de Cristo, Cavaleiro professo de São Bento de Aviz³⁸, vivia na Capitania da Paraíba quando, em 1630³⁹, partiu para Portugal com seu irmão, em decorrência das invasões holandesas. Posteriormente, viveu prestando serviços reais no Rio de Janeiro. Em 1656, foi designado pela rainha Dona Maria I para assumir o governo da Capitania da Paraíba, cargo que ocupou entre os anos de 1657 e 1663. Após esse período, Matias mudou-se para o engenho Cunhaú, onde morreu em 1685.

Matias casou-se no Rio de Janeiro com Isabel da Câmara, filha de Pedro Gaio da Câmara. Desse casamento nasceram 11 filhos, sendo seis homens e cinco mulheres⁴⁰. No intuito de evadir a exaustão, não se entrará nos detalhes sobre todos os filhos do casal. Deter-se-á ao quinto filho, Afonso de Albuquerque Maranhão: Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Capitão-Mor de Goianinha, senhor do engenho Cunhaú⁴¹, Sargento-Mor das entradas do Sertão⁴².

Gráfico 3: Família de Matias de Albuquerque Maranhão e Isabel da Câmara



FONTE: FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. Nobiliarchia Pernambucana. In. *Anaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. I.v.

³⁸ NOBILIARQUIA PERNAMBUCANA. *op. cit.*, p. 11 ; CASCUDO, Luis da Câmara. *op. cit.*, p.22.

³⁹ Rocha Pombo indica o ano de 1631 para a invasão dos batavos, estando Matias de Albuquerque Maranhão no forte dos Reis Magos defendendo-o. POMBO, Rocha. *op. cit.* p. 91.

⁴⁰ FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da.. *op. cit.*, p. 11-12.

⁴¹ *Ibid.* p. 15.

⁴² CASCUDO, Luis da Câmara. *op. cit.*, p.49

Afonso casou-se por duas vezes, a primeira com Dona Isabel de Barros Pacheco, em 1682, com a qual teve sete filhos. Seu segundo matrimônio ocorreu com Dona Joana de Lacerda, com a qual não teve filhos. Dos sete filhos provenientes do primeiro casamento, entre Andrés, Matias e Afonsos, deter-se-á em Gaspar de Albuquerque Maranhão⁴³. Não constam muitas informações acerca de Afonso, apenas que por volta do ano de 1700, durante a “guerra dos bárbaros”, derrotou o chefe Canindé, da tribo dos “cariris, divisão dos Janduis”⁴⁴, obrigando-o a batizar-se.

Gaspar foi, como seus antecessores, senhor do Cunhaú, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e Capitão-Mor de Goianinha. Casou-se em 1719 com Luzia Vieira de Sá⁴⁵. Deste casamento resultaram oito herdeiros: João, Afonso, Luís, José, André, Afonso, Josefa e Isabel. Cascudo destaca André de Albuquerque Maranhão, o primeiro⁴⁶ dentre seus homônimos a administrar o engenho Cunhaú. Foi na administração de André, na segunda metade do século XVIII, que a propriedade encontrou seu grandioso desenvolvimento⁴⁷.

André, nascido por volta de 1742, contraiu matrimônio com Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro, com a qual teve vários filhos, inclusive o seu homônimo, André de Albuquerque Maranhão, ao qual se deterá maior atenção posteriormente.

⁴³ FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da.. *op. cit.*, p. 15.

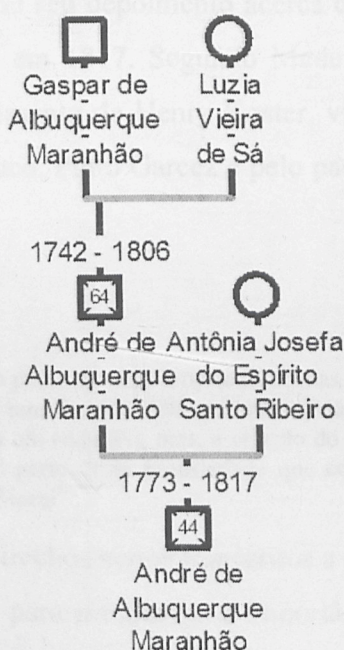
⁴⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. - Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. p 41.

⁴⁵ *Ibid.* p.50; MEDEIROS FILHO, Olavo de. *O engenho cunhaú à luz de um inventário*. - Natal: Fundação José Augusto, 1993. p 14.

⁴⁶ Olavo de Medeiros filho apresenta André de Albuquerque Maranhão como sendo o quinto filho do casal Gaspar de Albuquerque Maranhão e Luiza Vieira de Sá.

⁴⁷ CASCUDO, Luis da Câmara. *Casa de Cunhaú: história e genealogia* - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p. 51

Gráfico 4: Família de André de Albuquerque Maranhão e Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro.



FONTE: FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. Nobiliarchia Pernambucana. In. *Anaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. l.v.

Neste momento cabe um olhar mais delicado na propriedade mais relevante à família, o engenho Cunhaú. Medeiros Filho apresenta uma transcrição do depoimento de Adriano Verdonck, espião holandês, que, em 1630, descreveu o Cunhaú da seguinte forma:

Cunhaú – Três milhas acima de Camaratuba existe ainda um engenho, no lugar chamado Cunhaú, o qual faz anualmente de 6 a 7.000 arrobas de açúcar; este lugar está sob jurisdição do Rio Grande e ali moram bem 60 ou 70 homens com suas famílias; meia milha distante deste engenho corre um rio, de três milhas de longo e meia de largo, onde as barcas iam carregar açúcar, de 100 a 110 caixas cada barca, e traziam dali também comestíveis; há ali também muito gado, farinha e milho que ordinariamente é trazido para Pernambuco com o açúcar⁴⁸.

No estudo específico sobre a propriedade e a linhagem hereditária dos proprietários do Cunhaú, Cascudo ressalta que

⁴⁸ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *op cit.* p.11.

A Casa de Cunhaú era riquíssima. Possuía dezenas de fazendas, milhares de cabeças de gado, escravaria incontável e canaviais infindos. Vários engenhos moviam as vagarosas rodas d'água para aumentar o ouro dos cunhauzeiros. A propriedade que El-Rei, em 1612, achava longa em cinco mil braças ia, em 1810, a catorze léguas ao correr da estrada⁴⁹.

Outro viajante que deixou seu depoimento acerca do engenho Cunhaú foi o francês dominicano, L. F. de Tollenare, em 1817. Segundo Medeiros Filho, a nota publicada por Tollenare foi embasada no depoimento de Henry Koster, viajante inglês, e confirmada pelo diretor da alfândega de Pernambuco, Pinto Garcez e pelo padre João Ribeiro. No comentário, Tollenare afirma que o

Cunhaú não passa de uma propriedade; mas tem mais de 14 léguas de comprimento; pertence à família dos Albuquerque [Maranhão], muito célebres nos fastos do Brasil. Tem um engenho; mas, a criação do gado e o plantio do algodão é sua renda principal. É perto desta propriedade que começam os limites da Capitania do Rio Grande do Norte⁵⁰.

É possível verificar nos trechos acima transcritos a grandiosidade da propriedade que a família detinha, especialmente para o tamanho e importância da capitania do Rio Grande. No mesmo estudo, Cascudo ressalta que a propriedade abrangeu, no período que André de Albuquerque Maranhão administrou-a, os municípios atuais de São José de Mipibú, Arez, Goianinha, Vila Flor e Canguaretama. O referido engenho, ainda segundo o autor, pertencia à cidade de Natal até a década de 1760, passando para a vila de Vila Flor, criado na mesma década⁵¹. Posteriormente, com novas reformulações político-administrativas, Cunhaú passou a situar-se no município de Canguaretama, sua atual localização.

Ao longo do estudo da hereditariedade do Cunhaú, foi percebido que em nenhum momento a administração da propriedade ficou sob a responsabilidade do filho primogênito do proprietário correspondente. Por qual motivo teriam os primogênitos aberto mão de terras tão vastas, como descritas pelos escritores acima? Certamente, no momento, é possível apenas especular que as terras, embora vastas, encontravam-se em uma região pouco importante, sem despertar o interesse dos primeiros herdeiros da linhagem.

⁴⁹ CASCUDO, Luis da Câmara. *Op cit.* p. 51

⁵⁰ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *op cit.* p. 18.

⁵¹ *Ibid.* p. 51.

Como foi observado por Milton Stanczyk Filho⁵², as Ordenações Filipinas de 1603 determinavam a distribuição igualitária entre os herdeiros, independente do sexo do mesmo. Desta feita, as heranças, tanto paterna, quanto maternas, seriam repartidas igualmente entre os herdeiros, sem haver privilégios quanto à idade, ou ao sexo. Naturalmente esta era a lei que tinha o objetivo da igualdade. Contudo, o mesmo autor destaca que em momento de testamento, o testador tinha a liberdade de doar mais bens a um herdeiro específico, deixando-o com maiores posses. Este tema, posteriormente, pode ser foco de outro estudo mais detalhado. No momento, voltemos as atenções para André de Albuquerque Maranhão.

Com a morte de André, em 1806, seu filho, e homônimo, assumiu a administração dos seus bens, incluindo o engenho Cunhaú. André foi coronel, comandante de regimento, Fidalgo Cavaleiro, um dos principais líderes “tanto pela posição, como pela família”⁵³ da revolução de 1817 na Capitania do Rio Grande.⁵⁴ Nasceu no ano de 1773, no Cunhaú⁵⁵, Freguesia de Goianinha, Capitania do Rio Grande, e viveu a maior parte de sua vida na propriedade da família, tendo saído para estudar em Portugal⁵⁶.

A data do nascimento de André é uma informação bastante discutida por Câmara Cascudo, embora Olavo de Medeiros Filho tenha apresentado a transcrição de um depoimento de 27 de maio de 1801. Nesse depoimento, André declarava-se “branco, solteiro, Capitão-mor das ordenanças de Vila flor e Vila de Arez, da Capitania do Rio Grande do Norte, fidalgo cavaleiro que vive de agricultura, de idade de vinte e oito anos”⁵⁷.

Rocha Pombo sugere em sua análise que André não tivera estudo “apreciável”⁵⁸, mas que suas boas maneiras e comportamento sempre delicado, supriam sua falta de “educação”. Em 1810, André do Cunhaú⁵⁹ recebeu a visita do viajante inglês Henry Koster e hospedou-o em sua casa. Koster passou pelas capitanias do norte, de Pernambuco ao Ceará, e ao final de

⁵² STANCZYK FILHO, Milton. *Op cit.*

⁵³ POMBO, Rocha. *op. cit.* p. 238.

⁵⁴ CASCUDO, Luis da Câmara. *op. cit.* p. 55.

⁵⁵ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *O engenho cunhaú à luz de um inventário*. – Natal: Fundação José Augusto, 1993. p 28. Embora essa informação conste na obra de Medeiros Filho, Cascudo publicou ter nascido André de Albuquerque Maranhão na Capitania de Pernambuco.

⁵⁶ CASCUDO, Luis da Câmara. *op. cit.* p. 56.

⁵⁷ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *op. cit.* p. 28.

⁵⁸ POMBO, Rocha. *op.cit.* p. 238.

⁵⁹ Esta é uma forma de referir-se a André de Albuquerque Maranhão, senhor do Cunhaú e diferenciá-lo de seu primo homônimo e contemporâneo, André de Albuquerque Maranhão, senhor do engenho Estivas, chamado “André de Estivas”. Durante o estudo, foi observada uma divergência quanto ao posto de Capitão Mor de Arez e Vila Flor. No depoimento transcrito por Olavo de Medeiros Filho, ver-se o posto ocupado pelo senhor do Cunhaú, enquanto no texto publicado pela historiadora Denise Mattos Monteiro, o posto foi ocupado pelo senhor do engenho Estivas. Neste ponto cabe a este estudo supor que o cargo foi ocupado por ambos em ordem de sucessão, embora nenhuma informação a respeito tenha sido encontrada.

sua viagem publicou um livro com as experiências da jornada, incluindo uma descrição sobre o Cunhaú e seu proprietário.

No dia seguinte seguimos para o Cunhaú, plantação açucareira do coronel André de Albuquerque Maranhão, senhor dessa numerosa e distinta família. É um homem de grande propriedade de terra. AS terras do Cunhaú estendem-se pela estrada por 14 léguas, e seu proprietário adquiriu recentemente uma nova propriedade próxima de semelhante tamanho, no sertão, pois a criação de gado que não devem ser inferiores a 30 ou 40 léguas de extensão, tipo aquelas léguas que as vezes um homem leva três a quatro horas para atravessar [...] É um homem de cerca de trinta anos, bem feito e com um talhe acima do mediano, com maneiras gentis, levemente cortesês, como os brasileiros de educação geralmente possuem. O coronel reside em seu engenho feudal. Seus negros e serviçais são numerosos. Comanda o regimento de cavalaria miliciana e o tem em bom estado, atendendo-se às condições da região.⁶⁰

Pela descrição dada pelo viajante, é possível esboçar uma imagem demasiadamente pacífica de André do Cunhaú, como pode ser observado nesse outro trecho da narrativa: “Ele [André] é leniente para com seus escravos, eles parecem gordos e bem, e ele tem a característica de não usar todo o potencial da plantação como poderia, o que é uma prova de sua bondade para com eles⁶¹”. Entretanto, os acontecimentos ocorridos sete anos após a visita do inglês ao engenho mostram que a passividade do grande proprietário não era ilimitada.

2.2 A REVOLUÇÃO DE 1817

A historiadora Denise Monteiro observa a localização temporal do movimento, tendo ele ocorrido entre a vinda da família real e a independência política do Brasil. O movimento de 1817, de caráter republicano, foi uma manifestação restrita às elites das capitanias do norte,

⁶⁰ The next day we proceeded to Cunhau the sugar plantation of the Colonel Andre d Albuquerque do Maranham the chief of the Maranham branch of this numerous and distinguished family of the Albuquerquees He is a man of immense landed property The plantation of Cunhau extends along the road fourteen leagues, and the owner has since purchased another large estate adjoining his lands likewise in the Sertam for breeding cattle are supposed not to be less than thirty to forty leagues in extent of those kind of leagues that sometimes take a man three or four hours to get over one. [...] He is a man of about thirty years of age, handsome, and rather above the middle size, with genteel manners, rather courtly, as the Brazilians of education generally are. He lives quite in feudal state; his negroes and other dependants are numerous. He commands the regiment of militia cavalry of Rio Grande, and has them in good order, considering the state of the country (Tradução livre do autor) KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. London: Paternoster-row, 1816. p. 60 – 61.

⁶¹ “he is lenient to his slaves; they looked fat and well, and he has the character of not making as much of his plantation as he might, which is one proof of his kindness to them.” (Tradução livre do autor) KOSTER, Henry. *op cit.* p. 61.

tendo o seu principal foco as capitanias de Pernambuco, centro do movimento, Paraíba e Rio Grande⁶².

A autora destaca duas possíveis razões de sustentação para a revolução. Em primeiro lugar é observado o período de crise econômica vivida pelas capitanias do norte, devido à queda do valor dos principais produtos exportados pelas capitanias da região: o algodão e o açúcar⁶³. O segundo fator teria sido a vinda da família real para o Brasil, resultando no aumento dos impostos, além da criação de novas taxas, que custearam a manutenção da corte e guerras fomentadas por D. João VI⁶⁴.

Na capitania do Rio Grande, o movimento foi composto por senhores de engenho, religiosos e militares. Monteiro mostra que dos acusados e processados pela Coroa, que soma o total de 28, três eram senhores de engenho, sendo estes membros da mesma família Albuquerque Maranhão⁶⁵. Foram: André de Albuquerque Maranhão, senhor do Cunhaú, Luís de Albuquerque Maranhão, senhor do engenho Belém e coronel de cavalaria de Natal e São José de Mipibú, e André de Albuquerque Maranhão, senhor do engenho Estivas e Capitão-Mor de Vila-Flor e Arez, todos pertencentes à mesma família, sendo primos⁶⁶. A mesma autora ainda destaca que “do ponto de vista geográfico, o movimento envolveu principalmente a área de domínio dos Albuquerque Maranhão – faixa litorânea ao sul de Natal até a Paraíba.”⁶⁷

Assim, o principal líder da revolução no Rio Grande, como já foi dito anteriormente, foi André de Albuquerque Maranhão, senhor e proprietário do engenho Cunhaú e outras terras no sertão e na Paraíba. André, sustentado pelo apoio das lideranças da Paraíba, tomou o poder de Natal, onde instituiu uma Junta Provisória de Governo. Contudo, o novo governo não durou por muito tempo. Os motivos pelo insucesso da revolução giram em torno da perda de apoio local, sofrida por André⁶⁸, embora Cascudo encontre uma justificativa bastante romantizada para tal queda, como se verá adiante.

⁶² MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. -2.ed. rev. – Natal:Cooperativa Cultural Universitária, 2002. p. 81

⁶³.Ibid. p. 82

⁶⁴ Ibid. p. 82.

⁶⁵ Ibid. p.83

⁶⁶ POMBO, Rocha. *Op. cit.* p. 230.

⁶⁷ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. op cit. p. 83

⁶⁸ Ibid. p.84.

Segundo Denise Mattos, André teria perdido o apoio devido ao seu “comportamento personalista e autoritário”⁶⁹. Essa informação, embasada em depoimentos da época, diverge com o registro de Koster, por exemplo, no qual é possível perceber um André pacífico. Câmara Cascudo, por outro lado, mostrou como justificativa, o fato de André não ter cumprido com as promessas feitas aos seus aliados locais, como o aumento do soldo aos soldados⁷⁰.

Cascudo afirmou que a revolução de 1817 não contou com a participação popular, tendo tido apenas o apoio de “letrados, juízes, advogados, gente rica, cinquenta padres seculares e cinco frades (*sic*)”⁷¹. Afirmou ainda que:

O Governo Republicano de 1817 é composto pelo coronel André de Albuquerque Maranhão, capitão de Infantaria Antônio Germano Cavalcanti de Albuquerque, coronel de Milícias José Joaquim do Rego Barros, capitão de Milícias Antônio da Rocha Bezerra e o padre Feliciano José Dornelas, vigário da freguesia⁷².

O mesmo autor apresenta em seu texto sobre a insurreição de 1817 a imagem de um André um tanto reticente quanto à sua decisão de liderar o movimento. Afirmou ainda que o líder, no momento no qual foi aprisionado e ferido, gritou “viva El-rei, nosso senhor” como demonstração de lealdade ao regente e arrependimento à adesão às ideias republicanas. Por outro lado, Augusto Tavares de Lyra escreveu em 1923 que o líder revolucionário haveria gritado tal lealdade ao rei uma vez que teria sido forçado a tomar esta atitude.⁷³

Fosse por lealdade ao rei ou por verdadeira ideologia republicana, André de Albuquerque Maranhão foi preso e alojado no Forte dos Reis Magos, onde morreu devido aos ferimentos sofridos no momento do aprisionamento, em 26 de abril de 1817, como é possível verificar no registro de óbito:

⁴⁸ Ibid. p.84 [nota 74]

⁷⁰ CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. – Rio De Janeiro: Achiamé, 1984. p. 138.

⁵⁰ MONTEIRO, Denise Mattos. *op cit.* p. 135.

⁷² CASCUDO, Luis da Câmara. *op cit.* p. 138

⁷³ LYRA, Augusto Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. -2. ed. Natal: EDUFERN, 2008. p. 226.

Aos vinte e seis de Abril de mil e oitocentos e dezeseite faleceu da vida presente nesta freguezia tendo recebido os Sacramentos da Penitencia e Unção o Coronel André de Albuquerque Maranhão branco solteiro com idade quarenta anos pouco mais ou menos. Foi sepultado nesta Matriz involto em huma esteira depois de ser encomendado pelo R Coadjutor Simão Judas Thadeo de minha licença. E para constar fiz este termo de assignei. Feliciano Joze Dornelles. Vigr^o Collado. [sic]⁷⁴)

A mãe de André de Albuquerque, Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro, faleceu momentos após receber a notícia da morte de seu filho. Segundo Olavo de Medeiros Filho, os bens da família foram confiscados e bloqueados por ordem do Provedor da Fazenda Real devido ao envolvimento da família no movimento daquele ano⁷⁵. Foi somente em 1823 que foi dado o processo de elaboração do inventário da família, uma vez que já havia sido perdoado o envolvimento na revolução ocorrida seis anos antes⁷⁶. É, então, a partir deste inventário que o presente estudo encontrou seu curso, como pode ser verificado nos capítulos seguintes.

⁷⁴ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *op cit.* p 29

⁷⁵ *Ibid.* p 41.

⁷⁶ *Ibid.* p. 41.

3. CAPÍTULO 2

UMA SENHORA, UMA FORTUNA

Como referido no capítulo anterior, este trabalho tem como principal fonte de estudo o inventário *post-mortem* de Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro, mãe de André de Albuquerque Maranhão. Antônia havia recebido as suas posses de herança de seu finado marido. A morte de dona Antônia ocorreu logo após o recebimento da notícia da morte de seu filho. O documento foi transcrito e publicado, juntamente com um breve comentário acerca de seu conteúdo, por Olavo de Medeiros Filho, em 1993.

Os inventários *post-mortem* tratam-se de documentos judiciais, destinados à legalização da transferência dos bens. “Eram lavrados pelo Juiz Ordinário de Órfãos e indicavam, sobretudo, o arrolamento, descrição e avaliação do patrimônio, sua partilha entre os herdeiros válidos e a rede creditária nas dívidas que declaravam ter ou sofrer⁷⁷” Segundo o historiador Muirakytan Kennedy de Macêdo, esses documentos proporcionam vislumbre instantâneo das posses do inventariado nos momentos próximos à morte do inventariado, uma vez que não é possível perceber os bens perdidos ao longo de sua vida⁷⁸. É possível encontrar nos inventários bens como casas, escravos, terras, gado, dívidas, móveis, ferramentas, joias, objetos de uso pessoal e doméstico, armas, entre outros bens, tudo que tivesse valor. Ao analisar um inventário, é possível perceber uma descrição pormenorizada dos bens, sejam quais forem sua natureza.

Tendo sofrido poucas alterações ao longo dos séculos, os inventários possuem basicamente a mesma estrutura e tipo de informação, o que os tornam tão valiosos para o estudo de famílias, caso deste trabalho. De forma geral, este tipo de documento apresenta três partes distintas. A primeira, na qual constam os dados pessoais do inventariado, a segunda, onde é possível averiguar a listagem de bens e por fim a terceira e última parte, na qual se pode perceber a partilha desses bens entre os herdeiros.

No caso específico deste capítulo, uma vez que já foi detalhada a linhagem e origens da família Albuquerque Maranhão, será dada maior atenção à segunda parte do inventário, a que diz respeito à listagem e detalhamento dos bens herdados pela falecida, deixando a seção

⁷⁷ MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó* (Séc. XVIII). 2007. p. 85. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UFRN, Natal, 2007.

⁷⁸Ibid. p. 85.

destinada à partilha dos bens para um estudo posterior. Para fins práticos, usar-se-á a divisão observada e destacada por Milton Stanczyk Filho, que propõe uma detalhada análise de inventários.⁷⁹

É possível dividir a categoria dos bens em três seções: os bens móveis, os bens semoventes e os bens imóveis. Os bens móveis são subdivididos em Objetos Pessoais e Dívidas. No grupo dos objetos pessoais organiza-se a listagem dos móveis, utensílios domésticos, utensílios pessoais, livros, joias juntamente com o valor da unidade de cada objeto.

Já a categoria das dívidas será subdividida em outras duas seções: dívidas ativas e dívidas passivas. As dívidas ativas dizem respeito às pessoas que deviam ao inventariado até o momento de sua morte, constando o nome do devedor, como também o valor e natureza da dívida. No que diz respeito às dívidas passivas, estas são valores os quais o inventariado deveria pagar, constando, igualmente às dívidas ativas, o nome do credor, o valor e natureza da dívida⁸⁰.

Os bens semoventes são divididos em duas categorias: escravos e animais. Na listagem dos escravos, principal foco deste estudo, consta no inventário a listagem dos nomes, idade, sexo, cor, porto de procedência, atividade/ocupação, estado de saúde, bem como o valor de cada um. É possível que não sejam encontradas todas essas informações para todos os escravos. Como será observado posteriormente, muitos dos escravos possuíam as mínimas informações, como nome, idade e cor. Na categoria dos animais, são listadas informações como espécie, quantidade, valor unitário e onde estão alocados.

Por fim há os bens imóveis, dos quais fazem parte as edificações e terrenos sob administração e propriedade do inventariado, assim como seus valores, localização e extensão.

3.1 OS BENS MÓVEIS

3.1.1 Objetos pessoais

⁷⁹ STANCZYK FILHO, Milton. *op. cit.*

⁸⁰ MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *op. cit.* p. 86.

Ao ler o texto de Henry Koster, é possível perceber em seu depoimento que a propriedade de André de Albuquerque Maranhão era vasta e bem provida de mobiliário. Esse aspecto pode ser notado quando o autor narra o quarto de hóspedes no qual ficou hospedado na noite em que passou no engenho Cunhaú:

Ele me levou até o aposento de hóspedes, que ficava pouco distante de sua própria residência, onde encontrei cama boa; água quente foi trazida a mim em uma grande bacia de bronze e tudo o necessário foi providenciado em magnífico estilo – as toalhas eram todas rendadas etc.⁸¹.

É possível perceber o contentamento do viajante com seu anfitrião e suas acomodações. Seja por estar há dias sem o menor conforto em sua jornada, ou por verdadeira boa estrutura da propriedade de André, a narração de Koster passa a quem ler a ideia de que a casa de Cunhaú era ricamente fornecida de mobília e todo conforto necessário à família e quaisquer hóspedes.

Em outro fragmento de seu texto, Koster descreve a refeição noturna que participou junto com André, o capelão do engenho e outra pessoa não descrita pelo autor.

Encontrei na sala de jantar uma longa mesa posta e servida com carne de diversos tipos, com quantidade suficiente para 20 pessoas; para este banquete estavam o coronel, o capelão, outra pessoa e eu. Quando eu sentados já havia provado até ficar quase cansado, para meu completo desapontamento outra rodada igualmente grandiosa foi servida com frango, massa etc. Quando tudo foi retirado, tive ainda uma terceira com pelo menos dez tipos diferentes de doces. A ceia não poderia ter sido melhor preparada ou mais bela se tivesse sido preparada em Recife e até mesmo um gastrônomo inglês haveria de satisfazer seu paladar.⁸²

Nesse fragmento, é possível verificar a suntuosidade com a qual André tratou seu hóspede, com tantas refeições variadas servidas em sequência.

⁸¹ “He took me to his guests' apartments at a little distance from his own residence, where I found a good bed; hot water was brought to me in a large brass basin, and very necessary was supplied in a magnificent style—the towels were all fringed &c...” (Tradução livre do autor) KOSTER, Henry. *op cit.* p. 60 – 61.

⁸² “I found in the dining-room a long table laid out and covered with meat of several kinds, and in quantity sufficient for twenty persons; to this feast the colonel, his chaplain, another person, and myself sat down; when I had tasted until I was quite tired, to my utter dismay another course came on, equally profuse of fowls, pastry, &c. &c. and when this was removed, I had yet a third to go through of at least ten different kinds of sweetmeats. The supper could not have been better cooked or handsomer, if it had been prepared at Recife, and even an English epicure might have found much to please his palate.” (Tradução livre do autor). *Ibid.* p. 61.

Embora o autor não descreva diretamente os utensílios domésticos utilizados na ceia, é perfeitamente imaginável que uma propriedade tão grande, com tantos trabalhadores e uma refeição tão vasta, não disporia de utensílios de baixa qualidade ou quantidade.

Ao analisar o inventário de Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro, mãe de André, observa-se a listagem de utensílios parcialmente condizentes com a impressão passada por Koster em seu depoimento. Na lista encontram-se talheres, copos, bacias e salvas de diversos tamanhos e estilos, todos de prata. Castiçais e púcaros também de prata podem ser encontrados na lista dos utensílios da inventariada.

Contudo, prata não é o único metal valioso do qual dispunha Antônia. Vários objetos de ouro, tais como joias simples ou ornamentadas com diamantes, imagens de santos com detalhes em ouro, relógios, artefato raro e valioso para se ter em casa nos meados do século XIX, e outros acessórios de ouro estavam entre suas posses. Artigos em cobre, destinados à cozinha, também foram listados, embora estes fossem poucos, comparados aos outros objetos mais valiosos.

Olavo de Medeiros Filho, ao comentar o inventário, destacou que os valores adotados para a avaliação das peças tinham relação ao peso de cada objeto, sendo que cada oitava de ouro valia 1\$400, a oitava de prata valia \$100 enquanto a libra de cobre foi considerada pelo valor de \$400.⁸³ O total de peças pode ser verificado na tabela abaixo.

Tabela 1: Metais valiosos

ARTIGO	QUANTIDADE DE PEÇAS	VALOR TOTAL
PEÇAS EM OURO	31	299\$090
PEÇAS EM PRATA	51	424\$600
PEÇAS EM COBRE	3	24\$100

FONTE: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *O engenho cunhaú à luz de um inventário*.
– Natal: Fundação José Augusto, 1993

Diferente do que é verificado quanto às peças em metais preciosos, o inventário da Senhora de Cunhaú apresenta pouquíssimos artigos de mobiliário, sendo observados apenas cinco móveis: uma caixa de madeira com gavetas, dois baús, uma cômoda e uma cama. Nenhuma dessas peças foi listada com valores de referência.

⁸³ O autor apresenta os valores equivalentes à oitava de prata referente à 3,589g e a libra de cobre equivalente à 589g. Nada é mencionado quanto à oitava do ouro, embora a medida seja equiparada à medida da prata.

É contraditório que uma propriedade tão grande, que tenha causado tamanha boa impressão a um viajante inglês seis anos antes da morte da inventariada, tenha tão pouco mobiliário listado no seu inventário. Onde estaria, por exemplo, a cama confortável descrita por Koster? Ela não seria a única da que a família dispunha. A mesa de jantar, também descrita pelo viajante, da mesma forma não se encontra entre os bens, assim como cadeiras e todo mobiliário, que a narração de Koster propicia imaginar existir na casa do Cunhaú. Lastimavelmente o paradeiro desses possíveis objetos ficará obscuro devido a falta de informação do documento estudado.

A ausência desse mobiliário no processo de elaboração do inventário pode ter se dado devido a família ter sido condenada e considerada inimiga da coroa, por ter André de Albuquerque Maranhão liderado a insurreição em 1817. Embora o inventário tenha sido processado apenas após o perdão ter sido concedido, seis anos foram passados entre o falecimento da inventariada e o consentimento do perdão. Tempo mais que suficiente para que o governo provincial confiscasse os bens móveis, e até mesmo semoventes, da família. Contudo, resta apenas imaginar à luz da narrativa de Henry Koster, como de fato a propriedade era provida desses artefatos mobiliários.

3.1.2 Dívidas

A segunda categoria de bens móveis são as dívidas passivas e ativas da inventariada. Deve ser lembrado que as dívidas passivas dizem respeito aos que a inventariada devia pagar, enquanto as dívidas ativas referem-se aos valores a receber. Essa categoria permite uma ideia das transações comerciais da família Albuquerque Maranhão até 1817.

André de Albuquerque Maranhão era detentor de várias fazendas de criação de gado, além de plantações de cana de açúcar e algodão e um engenho real. O comércio provavelmente era a principal fonte de renda da família, tendo como principais produtos o gado e o algodão. Do gado especula-se que os principais produtos comercializados eram a carne e o couro. Embora sejam encontradas inúmeras posses, são verificadas 93 pessoas a quem Dona Josefa devia até o momento de sua morte, além da Fazenda Nacional do Rio Grande do Norte. Em contrapartida, apenas cinco pessoas deviam à inventariada, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 2: Dívidas ativas e passivas

DÍVIDAS	QUANTIDADE DE PESSAS	TOTAL
PASSIVAS	94	50:092\$017
ATIVAS	5	3:743\$320

FONTE: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *O engenho cunhaú à luz de um inventário*. – Natal: Fundação José Augusto, 1993

Das 94 pessoas a quem a inventariada devia, sete haviam morrido até o momento de averiguação do inventário, e também podem ser encontrados vários membros da própria família Albuquerque Maranhão, o que indica uma rede familiar de assistência quando alguns membros precisavam, padres, Capitães-Mores, militares e, como já referida, a Fazenda Nacional do Rio Grande do Norte. No documento transcrito não constam informações acerca da natureza das dívidas e poucas são as informações sobre os envolvidos. De forma geral, o inventário apresenta os nomes dos credores e devedores e os valores referentes às dívidas. Em poucos casos aparecem profissões e onde residem os envolvidos.

É interessante observar a disparidade entre as duas categorias de dívidas contraídas pela inventariada. Essa diferença pode evidenciar um momento crítico da família. Quais os fatores que haveriam levado a inventariada a contrair tamanho acúmulo de dívidas passivas? Estaria aí o início de uma decadência financeira de uma das mais influentes famílias do Rio Grande dos séculos XVI ao XIX? Seriam essas dívidas provenientes do levante de 1817? Uma vez que o inventário apresenta uma realidade “instantânea” da família, como observou Muirakytan de Macêdo, não é possível responder a essas perguntas neste momento, uma vez que esta pesquisa limitou-se apenas à verificação dos dados, ficando as respostas para as perguntas anteriores, para um estudo posterior.

3.2 BENS SEMOVENTES

Como foi dito anteriormente, os bens semoventes dizem respeito aos escravos e ao gado disposto pela inventariada. Uma vez que a principal atividade econômica da família era a pecuária seguida pelo cultivo da cana de açúcar, é natural que grande quantidade de cativos e cabeças de gado estivessem sob a propriedade de Antônia.

Embora a maior propriedade de terra disposta no inventário fosse de fato a fazenda Cunhaú, nela não há registros de prática pecuarista no período estudado. É provável que este fator seja justificado pela preocupação na exaustão do solo resultante da combinação do cultivo da cana com criação de gado. Muirakytan Kennedy de Macêdo escreveu:

A convivência da produção açucareira com a da pecuária em um mesmo espaço tornou-se antieconômica na perspectiva da prioridade dada a uma economia agrícola voltada para o mercado europeu, a ponto de ser objeto de preocupação da Carta Régia de 1701, que proibia o criatório a menos de 10 léguas do litoral⁸⁴.

Fica, portanto, a provável explicação do porque não existiam gados na fazenda Cunhaú, mesmo que esta fosse tão extensa. No entanto, Dona Antônia possuía, em suas terras de criação no sertão, 4743 bovinos, 646 equinos, 230 ovinos e 25 caprinos. Seguindo a classificação do gado bovino oferecido por Olavo de Medeiros Filho há, dentre as posses de Dona Antônia, os bois mansos, correspondentes aos castrados; os bois de lote, castrados ainda quando garrotes e destinados ao abate; os novilhos, bovinos capazes de reprodução; garrotes que correspondiam aos animais entre um e três anos de idade; e, as vacas paridas eram aquelas que tinham bezerros⁸⁵.

Embora não tenham sido mencionados por Medeiros Filho, os bezerros condizem aos bovinos com idade inferior a um ano de idade, enquanto as vacas solteiras, também não mencionadas pelo autor, dizem respeito às vacas que ainda não possuem bezerros. Os bovinos encontravam-se distribuídos da seguinte forma:

⁸⁴ MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó* (Séc. XVIII) – Natal, 2007. p 36. (Tese – Doutorado em Ciências Sociais)

⁸⁵ MEDEIROS FILHO, Olavo. *op cit.* p. 65.

Tabela 3: Classificação dos animais

ANIMAIS	TOTAL	PORCENTAGEM
BOIS MANSOS	65	1,38%
BOIS DE LOTE	356	7,77%
NOVILHOS	386	8,22%
GARROTES	381	8,11%
VACAS PARIDAS	911	19,41%
VACAS SOLTEIRAS	953	20,30%
NOVILHAS	310	6,6%
GARROTAS	420	8,94%
BEZERROS	911	19,41%
TOTAL	4693	100%

FONTE: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *O engenho Cunhaú à luz de um inventário*. – Natal: Fundação José Augusto, 1993.

Pouco é mencionado acerca dos gados ovino, caprino e cavalari. Quanto aos equinos, Medeiros Filho afirma que 33,7% do gado era composto por poldros⁸⁶, sendo o rebanho equino equivalente a 12,85% da totalidade dos animais.⁸⁷

Juntamente com os gados, Medeiros Filho destaca a presença das ferramentas utilizadas nas fazendas, tais como enxadas, machados, ferros de carimbo, ferros de marcar gado, alavancas, picaretas, ferros de covas e foices. Esses utensílios, segundo o autor, estão presentes em pequena quantidade nas propriedades do sertão. Contudo, este fator não fica claro se era padrão para as demais propriedades de outros senhores do mesmo período, ou se as ferramentas haviam sido confiscadas devido ao envolvimento da respectiva família na Revolução de 1817.

Além dos animais, os escravos também fazem parte dos bens semoventes presentes no documento estudado. Sendo uma família que se dedicava não somente à pecuária, mas também à agricultura da cana e fabrico do açúcar, grande quantidade de cativos era necessária para a manutenção das fazendas de cana.

Foi inventariado o total de 154 cativos sob propriedade de Dona Antônia, no ano de 1823. Esses cativos estavam espalhados pelas fazendas, estando a maioria nas fazendas Cunhaú e Tamatanduba. O número de escravos das outras propriedades era bastante reduzido, se comparado à população cativa das duas fazendas mencionadas. Este motivo deve-se ao fato

⁸⁶ Termo utilizado para se referir aos cavaleiros com menos de 4 anos de vida, fossem machos ou fêmeas.

⁸⁷ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *op cit.* p. 66.

de que a pecuária demandava menor mão de obra para sua manutenção do que a agricultura, neste caso, da cana de açúcar.

A população cativa presente na fazenda Cunhaú totalizava um contingente de 83 escravos, entre homens e mulheres, enquanto na fazenda Tamatanduba encontravam-se 54 escravos. Dos demais 17 cativos, 14 estavam espalhados pelas fazendas de criação de gado e três não foram apresentados os locais onde serviam à família. Abaixo segue a listagem genérica dos cativos, separados por fazenda e sexo.

Tabela 4: População cativa.

FAZENDA	NÚMERO DE CATIVOS POR SEXO			
	Masculino		Feminino	
CUNHAÚ	44	53,01%	39	46,98%
TAMATANDUBA	35	64,81%	19	35,18%
FAZENDAS DE CRIAÇÃO	13	92,85%	1	7,14%
NÃO REFERENCIADO	3		0	
TOTAL	95	61,68%	59	38,31%

FONTE: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *O engenho Cunhaú à luz de um inventário*. – Natal: Fundação José Augusto, 1993

É possível perceber pela tabela, que 61,68% da população escrava era composta por homens, enquanto 38,31% composta por mulheres. Deve ser ressaltado que esses números dizem respeito ao total dos cativos listados, incluindo os escravos produtivos e não produtivos. Um estudo mais detalhado dos escravos produtivos e não produtivos será apresentado no capítulo seguinte, assim como uma análise mais criteriosa da escravaria pertencente à Dona Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro. Por hora deve ser visto a totalidade da população cativa.

Nos relatos de viagem de Henry Koster (1810) e posteriormente de L. F de Tollenare (1817), pode-se encontrar a informação de que na fazenda Cunhaú havia aproximadamente 150 escravos trabalhando para André de Albuquerque Maranhão. Naturalmente esse número estava passível de sofrer alteração ao longo dos 13 anos que se passaram entre a visita do inglês ao Cunhaú e o processamento do inventário. Contudo, uma diferença de 67 cativos é algo a ser chamada atenção.

Se por mortes naturais, por confisco pela revolução de 1817, ou por mero equívoco ou exagero dos viajantes, o fato é que o motivo de tal divergência entre o contingente cativo

relatado pelos estrangeiros, e o apresentado no inventário é mais uma lacuna encontrada por este estudo.

3.3 BENS IMÓVEIS

Por fim é chegada a última seção dos bens inventariados de Dona Antônia. Os bens imóveis dizem respeito às terras e edificações nelas contidas, que completam o cabedal listado e avaliado da inventariada.

Como foi possível verificar até este momento, Dona Antônia possuía diversas fazendas no Rio Grande do Norte e ainda na Paraíba, caso das fazendas Timbaúba, Caiçara, Castelo, Cipó e Puxu, além do engenho Graça. A fazenda Cunhaú era a maior das propriedades de Dona Antônia, avaliada na quantia de 32:000\$000, correspondendo a 63% do valor total das fazendas. Esse valor abarca todas as edificações da fazenda como a “casa de vivenda, casa de moenda, casa de caldeira e de purgar, uma capela de pedra-e-cal, o engenho aparelhado de tudo necessário, com duas caldeiras, uma dita de caldo frio, outra dita mais pequena (*sic*), de cobre [...]”⁸⁸

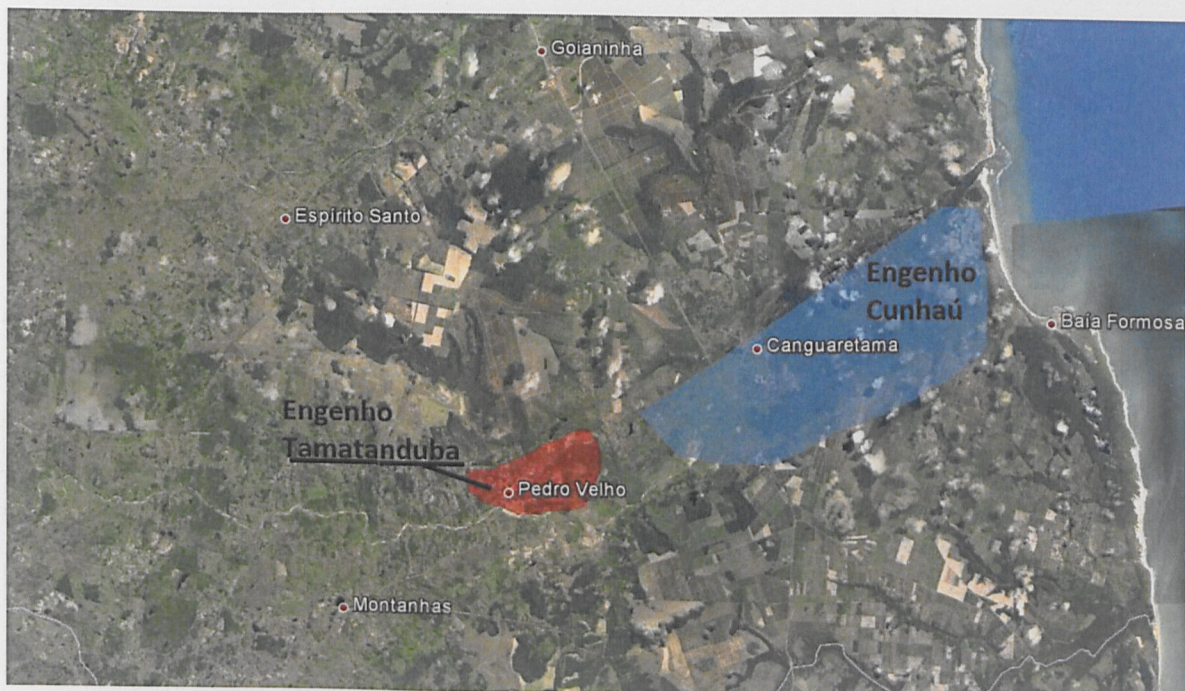
No valor avaliado estavam inclusos também os utensílios do engenho, como as tachas, panelas, bacias e espremedeiras, material, em sua grande maioria de cobre ou ferro coado.

A fazenda Tamatanduba era a segunda maior propriedade da inventariada, que correspondia a 20% do valor total das terras de Dona Antônia. Embora não seja descrita a localização exata da fazenda, é sabido que esta se localizava no atual município de Pedro Velho, não muito distante de Canguaretama, atual município onde se encontra a Fazenda Cunhaú, ainda existente no local.

Tamatanduba também era dita como engenho, possuía as principais estruturas necessárias para o fabrico do açúcar, uma capela e todo material necessário para o seu funcionamento, exatamente como o do Cunhaú. Diferenciavam-se apenas em área. A fazenda Tamatanduba foi avaliada e registrada no inventário por 10:000\$000, ou seja, um terço do valor do engenho Cunhaú.

⁸⁸ Ibid.p. 51

Mapa 1: Área aproximada correspondente aos engenhos Cunhaú e Tamatanduba



FONTE: Elaboração de Pedro Ribeiro, com base no Google Earth®.

Das demais propriedades, a mais relevante, fazenda Graça, correspondia a 8% das fazendas. As demais 18 somadas correspondiam a apenas 9% do valor total acumulado entre as fazendas. Estas fazendas estavam espalhadas no sertão do Seridó sendo cinco na Vila do Príncipe, uma na Vila de Arez, outra na Vila de São José e sete na Paraíba, sendo cinco na Vila de Pombal. Quatro das propriedades não apresentam nenhuma descrição de localização, enquanto outras duas apresentam apenas a informação de que eram situadas na ribeira do Trairi.

O total soma 21 fazendas espalhadas pelo Rio Grande do Norte e Paraíba, sendo uma das fazendas não avaliada por estar dentro de outra fazenda já avaliada. O total do cabedal acumulado nas fazendas soma 53:801\$140.

Tabela 5: Fazendas e seus valores

FAZENDA TIMBAÚBA	800.000
FAZENDA CAIÇARA	800.000
SÍTIO CASTELO	800.000
FAZENDA CIPÓ	800.000
FAZENDA POLDRINHO	NÃO DESCRITA
FAZENDA PUXU	600.000
SÍTIO LUZ	200.000
FAZENDA TRAPUÁ	200.000
FAZENDA CIRURGIÃO	200.000
FAZENDA CACIMBA DE CABRAS	200.000
FAZENDA PACÓ	150.000
FAZENDA BOM JESUS	1201.500
FAZENDA BOLA	800.000
SÍTIO OLHO D'ÁGUA DA ILHA	150.000
FAZENDA BOA ESPERANÇA	189.640
SÍTIO PITUAÇU	400.000
SÍTIO SANTA ROSA	300.000
SÍTIO MULUNGU	10.000
ENGENHO CUNHAÚ	32000.000
ENGENHO TAMATANDUBA	10000.000
ENGENHO GRAÇA	4000.000

FONTE: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *O engenho Cunhaú à luz de um inventário*. – Natal: Fundação José Augusto, 1993.

É possível, portanto, verificar o grande cabedal de que Antônia Josefa dispunha em seu momento de morte. O cabedal inventariado somou o total de 173.592.951⁸⁹ contos de réis. Deduzindo do montante o valor correspondente às dívidas ativas, que somavam o total de 3.743.320 contos de réis, restou líquido a soma de 169.849.631 contos de réis a ser repartido com a única filha sobrevivente de dona Antônia Josefa, Luzia Antônia de Albuquerque Maranhão, casada com seu primo, José Inácio de Albuquerque Maranhão⁹⁰. Além de Luzia Antônia, foram beneficiários do inventário os herdeiros das outras filhas, Josefa Antônia de Albuquerque Maranhão e Antônia de Albuquerque Maranhão, já falecidas, da inventariada.

Pode-se verificar que o valor acumulado pela inventariada, herdada de seu marido, era bastante elevado, se considerado a proporção da província, juntamente com sua relevância em meio às demais. Como foi afirmado por Rocha Pombo, e verificado neste capítulo, as posses

⁸⁹ Ibid. p. 41

⁹⁰ Ibid. p.30.

de André de Albuquerque Maranhão eram vastas, “seguramente uma das maiores fortunas da capitania naquelles tempos (sic)”⁹¹

No capítulo seguinte dedicar-se-á maior atenção aos escravos pertencentes à Antônia. Bens semoventes cujo valor superava, em muito, as demais propriedades da região na qual se encontrava os engenhos Cunhaú e Tamatanduba, hoje denominada de Canguaretama, Arez e Pedro Velho.

Este capítulo tem o objetivo de analisar mais detalhadamente o perfil da população existente na capitania sob a posse da família Albuquerque Maranhão, de Cabanguá, filha de André de Albuquerque Maranhão, observando, principalmente, a situação dos escravos. É possível encontrar informações como as atividades exercidas pelos escravos, mas, para depreender, ainda, fazenda na qual se encontravam alojados, estado de saúde e valor avaliado de cada escravo.

Uma vez que em nenhum momento foi realizado censo, não há uma lista com o nome do Rio Grande do Norte, as informações são aqui contadas pelo de grande importância para a percepção e elaboração do perfil do estado do Rio Grande do Norte, pois, nos anos de 1700, a família Alencar, neste período, tem a honra de “empregar o perfil dos bens de sua propriedade de Dona Antônia para se comparar o perfil dos bens de outras localidades do Império. De acordo com o inventário de bens de escravidão no Rio Grande do Norte, realizado em 1700, podemos observar a existência de escravos em algumas fazendas de propriedade de Antônia.

De acordo com Cavalcanti, em 1700 havia no Rio Grande do Norte 4 000 escravos, dos quais 2 000 viviam em Vila Rica, o que representa a metade da população escrava do Rio Grande do Norte nos primeiros anos de povoamento. A população escrava do Rio Grande do Norte em 1700 era de 4 000 pessoas, sendo que 2 000 viviam em Vila Rica e 2 000 em outras localidades do Rio Grande do Norte.

Então, não há uma lista com o nome do Rio Grande do Norte, as informações são aqui contadas pelo de grande importância para a percepção e elaboração do perfil do estado do Rio Grande do Norte, pois, nos anos de 1700, a família Alencar, neste período, tem a honra de “empregar o perfil dos bens de sua propriedade de Dona Antônia para se comparar o perfil dos bens de outras localidades do Império. De acordo com o inventário de bens de escravidão no Rio Grande do Norte, realizado em 1700, podemos observar a existência de escravos em algumas fazendas de propriedade de Antônia.

⁹¹ Para a região de Cabanguá, ver o trabalho de Maria de Fátima Albuquerque Maranhão, *Os Engenhos de Cabanguá*, Rio de Janeiro, 1997, p. 100. Também ver o trabalho de Maria de Fátima Albuquerque Maranhão, *Os Engenhos de Cabanguá*, Rio de Janeiro, 1997, p. 100.

⁹¹ POMBO, Rocha. *op. cit.* p. 238.

4. CAPÍTULO 3

UMA SENHORA, SEUS ESCRAVOS

No capítulo anterior, foi possível verificar o cabedal acumulado por Dona Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro, listado no seu inventário *post mortem*. Observou-se que suas posses formavam um vasto número de fazendas, incluindo três engenhos, animais de criação, bens pessoais e escravos.

Este capítulo tem o objetivo de analisar mais detalhadamente o perfil da população cativa que se encontrava sob a posse da família Albuquerque Maranhão, da linhagem direta de André de Albuquerque Maranhão, observando, principalmente, a idade dos cativos. É possível encontrar informações como as atividades exercidas pelos escravos, etnia, porto de procedência, idade, fazenda na qual o cativo estava alocado, estado de saúde e valor avaliado de cada cativo.

Uma vez que em nenhum momento foi realizado estudo como este para costa leste do Rio Grande do Norte, as informações aqui apresentadas serão de grande importância para a percepção e elaboração do perfil do cativo do Rio Grande do Norte, a começar pelos escravos da família estudada neste trabalho⁹². Entender e comparar o perfil dos cativos nas propriedades de Dona Antônia Josefa com o perfil dos seus iguais em outras localidades do Império Brasileiro proporcionará ao estudo da escravidão no Rio Grande do Norte o primeiro passo para desmistificar a inexistência ou inexpressividade de tal instituição na Província.

De acordo com Cascudo⁹³, em 1805 havia no Rio Grande do Norte 8 072 escravos, dos quais 384 viviam em Vila-Flor, região que enquadra a atual Canguaretama, onde está situado o engenho Cunhaú. Não existem números que demonstrem a população cativa no Rio Grande do Norte nos momentos próximos a 1823. A data mais próxima, também apresentada por Cascudo, remontam a 1835, quando haviam 10 240 escravos no Rio Grande do Norte entre pretos, pardos e outras classificações étnicas.

Embora não seja especificado onde os 10 240 cativos estavam alocados, é possível verificar que a quantidade de escravos listados no inventário de Dona Antônia Josefa em 1823

⁹² Para a região do Seridó, existem os estudos de Muirakytan Kennedy de Macêdo, além de MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe -1850 / 1890: Sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza*. 1985. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense.

⁹³ CASCUDO, Luis da Câmara. *op cit*: 1984. p.45 – 46.

corresponde a menos de 1% do contingente registrado 12 anos depois. Uma vez que a Província encontrava-se às margens da atenção da corte, o número de cativos registrados é suficientemente significativo. Especialmente quando a família que possuía um dos maiores contingentes cativos da região detinha 1% desse total.

4.1 AS ATIVIDADES

Inicialmente foi dada atenção às atividades exercidas pelos cativos nas propriedades de Dona Antônia, e pode-se verificar que, dos ofícios listados no inventário, o negro ocupava funções que requeriam determinado grau de especialização, como *tacheiros* e *caldeiros/caldeireiros*, além do trabalho de carpintaria, denominado no inventário de *carapina*.

Em estudo realizado por Stuart Schwartz⁹⁴ sobre os engenhos do Recôncavo Baiano no período compreendido entre 1550 e 1835, o historiador apresenta a descrição dos cativos que operavam os engenhos, explicando, entre outros fatores, suas funções e atividades exercidas nas propriedades. Com base nesse estudo é possível verificar que as propriedades produtoras de açúcar de Antônia Josefa encontravam-se dentro do padrão destacado por Schwartz.

Encontra-se listado no inventário o ofício de *tacheiro* que era responsável por mexer o “melado” até o ponto certo de ser colocado nas fôrmas. O *caldeireiro*, também chamado de *calcanha*, era responsável por manter as caldeiras acesas, retirar as escumas e recolocá-las na primeira caldeira, para serem novamente cozidas⁹⁵. Essas duas funções, segundo Schwartz, requeriam a observação constante do *mestre de açúcar*, que assumia a responsabilidade pela produção e qualidade do açúcar a ser vendido. Contudo, esse ofício não é identificado no documento estudado, ou por ser um cargo ocupado por homem livre, ou pela falta dessa função no engenho, mais possivelmente o primeiro caso.

Os cativos *carreiros* tinham por finalidade transportar a cana das plantações para os engenhos. Schwartz atribui grande importância aos escravos encarregados pelo transporte da cana. Esses cargos, segundo o autor, correspondiam a 8% dos cativos nos engenhos baianos⁹⁶.

⁹⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550 – 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.109-113.

⁹⁵ Ibid. p.132.

⁹⁶ Ibid. p.108

Normalmente esses carreiros abasteciam os carros de bois e os guiavam para a fábrica do engenho. Contudo, tanto no engenho Cunhaú, como no Tamatanduba, haviam apenas dois escravos na função de carreiros, o que corresponde a 1,2% dos cativos da inventariada.

Tabela 6: Atividade e ocupação

Atividade	Cunhaú	Tamatanduba	Fazendas
Feitor	1	1	0
Carreiro	2	2	0
Carapina	1	0	0
Caldereiro	1	0	0
Tacheiro	1	0	0
Pedreiro	0	1	0
Tanoeiro	0	1	0
Fábrica	27	0	14
N.D.	54	50	3

FONTE: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *O engenho cunhaú à luz de um inventário*. – Natal: Fundação José Augusto, 1993.

Os engenhos Cunhaú e Tamatanduba dispunham cada de um escravo cuja função era hierarquicamente superior aos demais, o feitor. Historiadores têm destacado a prioridade dada aos mestiços quanto aos cargos que exigiam maior confiança de seu proprietário. Stuart Schwartz destacou que os mulatos eram favorecidos, uma vez que tendiam a trabalhar na casa grande ou terem maiores oportunidades de adquirir especializações. No que diz respeito aos crioulos, o autor destaca que estes pouco se diferenciavam dos negros, com uma pequena vantagem de exercer atividades domésticas⁹⁷.

Contudo, no caso estudado, um crioulo ocupava o cargo de feitor no engenho Cunhaú enquanto um cabra⁹⁸ no Tamatanduba. Essa tendência à priorização dos crioulos e mestiços nos cargos “superiores”, dava-se, em parte, pelo fato de que esses cativos nasceram nestas terras e, portanto, falavam português, além de terem recebido treinamento ao longo de seu crescimento. Esses fatores criavam determinada confiança nos senhores para com os cativos e, portanto, estes eram priorizados para os melhores postos de trabalho.

Para a manutenção da *fábrica do engenho* eram necessários de 20 a 25 trabalhadores⁹⁹, os quais eram encarregados de diversas funções como *tacheiro* e *caldeireiro*,

⁹⁷ Ibid. p.137

⁹⁸ De acordo com Stuart Schwartz e Olavo de Medeiros Filho, “cabra” é a nomenclatura utilizada para designar o filho de um mulato com um negro. (p. 141)

⁹⁹ Ibid. p. 135-136.

além dos *metedores*, *moedeiras* e *calumbás*, ausentes, ou não especificados, no documento estudado.

Quando reflete sobre o regime escravista e os requisitos de trabalho, Schwartz afirma que os engenhos eram chamados de “fábricas”. Isso é embasado pelo autor ao indicar que o maquinário utilizado nas fazendas era o que mais se aproximaria das fábricas modernas da Revolução Industrial¹⁰⁰. Equiparando os engenhos às indústrias modernas, Schwartz afirma que os escravos possuíam funções específicas no fabrico do açúcar. Embora fosse um processo complexo, os cativos não precisavam conhecê-lo por completo, apenas as técnicas das funções para as quais eles eram destinados. Apenas o feitor mor e o mestre de açúcar tinham o dever de conhecer todos os passos da fabricação¹⁰¹.

No engenho Cunhaú, pode-se identificar 27 cativos operando na *fábrica*, dentre homens e mulheres, o correspondente a 32,5% da escravaria vinculada à fazenda. No tocante ao engenho Tamatanduba, não foram identificados os cativos que operavam especificamente na *fábrica*. Trata-se de um caso curioso, tendo em vista que o inventário assinala a presença de uma casa de moenda, de caldeira e de purgar, da mesma forma que no Cunhaú. Contudo, o Tamatanduba apresentou 50 cativos, 90,9%, cujas funções não foram determinadas no documento, levando a supor que parte dessa população fazia parte da *fábrica* do engenho.

É importante observar que, à exceção dos feitores, os demais escravos cujas funções estão discriminadas, trabalhavam na *fábrica* do Cunhaú, incluindo os designados como *carreiro* e *carapina*, além dos que já tinham suas junções ligadas à produção do açúcar, o *tacheiro* e o *caldeireiro*. Dos 27 cativos ligados à *fábrica*, 20 eram do sexo masculino, e apenas sete do sexo feminino. Schwartz afirma que trabalhar nas fornalhas, tachas e caldeiras era serviço exclusivamente masculino. As mulheres entravam nessas funções apenas para manter o fogo aceso. De uma forma geral, o autor afirma que os homens ficavam com as obrigações que necessitassem de maior força física, enquanto às mulheres destinavam-se aos ofícios os quais requeriam maior precisão¹⁰².

Outra informação a ser destacada é a quantidade de cativos localizados nas fazendas de criação, cuja função está discriminada como “*fábrica*”. Uma vez que a função dessas fazendas não era o fabrico de açúcar, mas a criação de gado, à qual *fábrica* estariam esses

¹⁰⁰ Ibid. p. 137.

¹⁰¹ Ibid. p.138.

¹⁰² Ibid. p.138.

cativos ligados? É possível, contudo, especular que a *fábrica* mencionada no inventário esteja ligada ao curtume do couro, ou ao corte da carne, a serem comercializados, seja dentro da província, ou entre outras províncias próximas.

São verificados 17 escravos localizados nas fazendas de criação de gado da família, sendo 14, 82,3%, destinados à *fábrica* e três cuja função não fora determinada. Todos os 14 cativos eram do sexo masculino, enquanto apenas um, dos três não determinados, era do sexo feminino. Estes números podem representar uma necessidade de maior força física nas atividades exercidas nessas fábricas existentes nas fazendas de criação, embora sua real função não possa ser afirmada.

4.2 ETNIA / PORTO DE PROCEDÊNCIA

A determinação da procedência dos escravos trazidos para a América portuguesa é um assunto muito delicado a ser discutido. Uma vez que africanos de diversas regiões embarcaram para o além-mar, torna-se árdua a determinação exata de onde o cativo era proveniente. Assim, a nomenclatura “porto de procedência” faz melhor referência para diferenciar os cativos.

Stuart Schwartz faz referência aos “negros da guiné” como forma genérica para referir-se aos escravos vindos da África para a América portuguesa¹⁰³. Por outro lado, a historiadora Kátia de Queirós Mattoso refere-se aos negros originalmente africanos como “negro boçal”¹⁰⁴. Olavo de Medeiros Filho, por sua vez, nomeia os cativos originários da África por “negros” ou “pretos”¹⁰⁵. Para fins práticos, neste trabalho adotar-se-á a nomenclatura sugerida por Olavo de Medeiros Filho, uma vez que este é o autor da publicação que deu luz à esta pesquisa.

No intuito de esclarecer a nomenclatura classificatória dos cativos, entende-se por “crioulos”, aqueles cativos negros, nascidos na América portuguesa¹⁰⁶. Os “mulatos” correspondem aos cativos nascidos de pais brancos e mães negras¹⁰⁷, e os “cabras” dizem

¹⁰³ Ibid. p.58.

¹⁰⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 252.

¹⁰⁵ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *op. cit.* p.55.

¹⁰⁶ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *op.cit.* p. 251. MEDEIROS FILHO, Olavo de. *op. cit.* p.55.

¹⁰⁷ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *op. cit.* p.55.

respeito aos filhos dos mulatos com negros¹⁰⁸. Além destas denominações, é possível verificar no inventário, cativos provenientes de três portos distintos: Angola, Congo e um Guiné (Fula¹⁰⁹), além de um preto, que, como foi visto, é uma das formas genéricas de identificar o africano de nascença. Esses cativos originalmente africanos totalizam 67, entre homens e mulheres, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 7: Etnia / porto de procedência.

		Cunhaú	Tamatanduba	Fazendas de gado	TOTAL
Africano	Angola	29	28	6	63
	Congo	2	0	0	2
	Fula	1	0	0	1
	N.D.	1	0	0	1
	TOTAL	33 (21,4%)	28 (18,1 %)	6 (3,8%)	67 (43,5%)
Americanos	Criolo	23	11	4	38
	Cabra	3	5	5	13
	Mulato	7	5	0	12
	N.D.	17	6	2	25
	TOTAL	50 (32,4%)	27 (17,5%)	11 (7,1%)	88 (57,14%)

FONTE: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *O engenho cunhaú à luz de um inventário*. – Natal: Fundação José Augusto, 1993.

Nota-se que a procedência predominante entre os escravos é a *Angola*, seguida por *Congo*, com apenas dois escravos, a naturalidade *Fula* (também denominada de *Guiné*), com um cativo, e um único preto sem naturalidade determinada. De acordo com Kátia Mattoso, quatro grandes ciclos do tráfico de escravos são percebidos. O primeiro ciclo, ainda no século XVI, deu maior prioridade aos negros Sudaneses, localizados no norte da África. A autora denomina esse período de “ciclo da Guiné¹¹⁰”

A partir do século XVII, segundo Mattoso, maior número de *bantus*, escravos da região equatorial e central da África, desembarcou na América portuguesa. Este ciclo é chamado, pela autora, de “ciclo de Congo e de Angola¹¹¹”. Devido a estes ciclos de tráfico, a predominância dos escravos provenientes dos portos do Congo e da Angola seja mais

¹⁰⁸ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *op.cit.* p. 250. MEDEIROS FILHO, Olavo de. *op. cit.* p.55. SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.* p141.

¹⁰⁹ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *op.cit.* p.55.

¹¹⁰ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *op.cit.* p.22.

¹¹¹ *Ibid.* p. 22.

expressiva nas propriedades de Antônia Josefa, sendo encontrado apenas um *fula* entre os cativos.¹¹²

Do ponto de vista dos mestiços e dos nascidos em terras americanas, é possível perceber a predominância dos *crioulos*, com 38 cativos, 12 *mulatos* e 13 *cabras*. Contudo, existem 25 escravos cuja “naturalidade” não é identificada. Uma questão se coloca; se os *crioulos* dizem respeito aos cativos cujos pais são, ambos, negros, uma vez que a maior parte dos não africanos fossem *crioulos*, estaria aí uma preferência a uniões entre os escravos?

A preferência de uniões entre os africanos, sugerindo a endogamia, há muito tem sido discutida¹¹³, e é possível verificar a tendência desta prática também no caso estudado, no qual 43,18% dos não africanos são *crioulos*. Sua procedência não é esclarecida no inventário, ficando em aberto se esses cativos nasceram em cativeiro, ou foram comprados.

É importante observar que, ainda nos primeiros anos do império, uma província periférica como o Rio Grande do Norte, tenha tamanha predominância de cativos africanos pertencentes a uma única família. Provavelmente esses cativos não foram comprados na referida província, mas sim em Pernambuco¹¹⁴ ou Maranhão. Da mesma forma, ao analisarmos a quantidade de *crioulos*, é percebida a predominância deles entre os cativos nascidos na América portuguesa, nas fazendas de criação de gado.

4.3 IDADE E A SAÚDE

Outra informação contida no inventário é a idade de cada um dos cativos pertencentes à dona Antônia. Para este trabalho, foram determinadas três faixas etárias, que tinham como objetivo selecionar os cativos em idades produtivas para os proprietários. Determinar qual a idade produtiva de um cativo é um trabalho demasiadamente complexo, devido às inúmeras variantes existentes. Todavia, levando em consideração a seleção etária

¹¹² Katia Mattoso indica que o terceiro ciclo de escravos a serem transportados para a América portuguesa foi denominado de “Costa da Mina”, o qual dominou todo o século XVIII. Em meados do mesmo século este ciclo se desdobrou e deu seguimento ao ciclo da “costa de Benin”. No século XIX, auge do quarto e último ciclo, houve a predominância de negros de Angola e Moçambique. Ibid. p. 23.

¹¹³ Para maior detalhe acerca da formação de famílias escravas, ver SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2. ed. –Campinas, SP: UNICAMP, 2011.

¹¹⁴ Cascudo afirmou que não houve importação direta da África para o Rio Grande. A compra de cativos era feita em Pernambuco. CASCUDO, Luís da Câmara. *Op. cit.* p.135.

expressiva nas propriedades de Antônia Josefa, sendo encontrado apenas um *fula* entre os cativos.¹¹²

Do ponto de vista dos mestiços e dos nascidos em terras americanas, é possível perceber a predominância dos *crioulos*, com 38 cativos, 12 *mulatos* e 13 *cabras*. Contudo, existem 25 escravos cuja “naturalidade” não é identificada. Uma questão se coloca; se os *crioulos* dizem respeito aos cativos cujos pais são, ambos, negros, uma vez que a maior parte dos não africanos fossem *crioulos*, estaria aí uma preferência a uniões entre os escravos?

A preferência de uniões entre os africanos, sugerindo a endogamia, há muito tem sido discutida¹¹³, e é possível verificar a tendência desta prática também no caso estudado, no qual 43,18% dos não africanos são *crioulos*. Sua procedência não é esclarecida no inventário, ficando em aberto se esses cativos nasceram em cativeiro, ou foram comprados.

É importante observar que, ainda nos primeiros anos do império, uma província periférica como o Rio Grande do Norte, tenha tamanha predominância de cativos africanos pertencentes a uma única família. Provavelmente esses cativos não foram comprados na referida província, mas sim em Pernambuco¹¹⁴ ou Maranhão. Da mesma forma, ao analisarmos a quantidade de *crioulos*, é percebida a predominância deles entre os cativos nascidos na América portuguesa, nas fazendas de criação de gado.

4.3 IDADE E A SAÚDE

Outra informação contida no inventário é a idade de cada um dos cativos pertencentes à dona Antônia. Para este trabalho, foram determinadas três faixas etárias, que tinham como objetivo selecionar os cativos em idades produtivas para os proprietários. Determinar qual a idade produtiva de um cativo é um trabalho demasiadamente complexo, devido às inúmeras variantes existentes. Todavia, levando em consideração a seleção etária

¹¹² Katia Mattoso indica que o terceiro ciclo de escravos a serem transportados para a América portuguesa foi denominado de “Costa da Mina”, o qual dominou todo o século XVIII. Em meados do mesmo século este ciclo se desdobrou e deu seguimento ao ciclo da “costa de Benin”. No século XIX, auge do quarto e último ciclo, houve a predominância de negros de Angola e Moçambique. *Ibid.* p. 23.

¹¹³ Para maior detalhe acerca da formação de famílias escravas, ver SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2. ed. –Campinas, SP: UNICAMP, 2011.

¹¹⁴ Cascudo afirmou que não houve importação direta da África para o Rio Grande. A compra de cativos era feita em Pernambuco. CASCUDO, Luís da Câmara. *Op. cit.* p.135.

estabelecida por Katia Mattoso¹¹⁵, determinou-se a vida útil do escravo entre os oito e 34 anos de idade. É importante observar também que Schwartz determina a produtividade do cativo entre os 14 e os 45 anos, enquanto José Roberto de Góes e Manolo Florentino determinam que eram consideradas crianças, portanto não produtivos, os cativos de até sete anos de idade. Aos 14 anos de idade o cativo iniciava seus trabalhos como um adulto¹¹⁶.

Tem-se, portanto, três faixas determinantes: até os sete anos considerar-se-á os cativos como crianças; entre oito e 34 anos os cativos são considerados adultos, e, portanto, prontos para o trabalho ou “adestramento¹¹⁷”; os cativos acima de 35 anos, segundo Mattoso, eram “velhos” e por isso não tão valorizados para o trabalho.

Tabela 8: Classificação etária dos cativos.

Faixa etária	Cunhaú	Tamatanduba	Fazendas de gado
0-7	17	10	0
8 - 34	49	29	7
+ 34	16	15	6
N.D.	1	0	1

FONTE: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *O engenho cunhaú à luz de um inventário*. – Natal: Fundação José Augusto, 1993.

Como foi observado por Florentino e Góes, a predominância na população cativa ficava por conta dos escravos adultos. Os autores afirmam que “na média, as crianças representavam apenas dois entre cada dez cativos¹¹⁸”. Destacam, contudo, que essa variação poderia sofrer alterações de acordo com o intervalo entre uma compra de escravos e outra. O número de crianças tendia a aumentar nas propriedades que passassem mais tempo sem comprar cativos. Nas fazendas que passassem vinte anos sem comprar escravos, era possível ver a terça parte da população escrava composta por crianças, enquanto que nas fazendas cujo intervalo de compra fosse equivalente ou superior a 50 anos, “as crianças correspondiam a quase metade de todos os cativos¹¹⁹”.

¹¹⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *op.cit.* p.86.

¹¹⁶ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. *Crianças escravas, crianças dos escravos*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Crianças do Brasil*. 7.ed. – São Paulo : Contexto, 2010.p. 184.

¹¹⁷ Termo utilizado por José Roberto Góes e Manolo Florentino ao se referenciar ao treinamento dos cativos a ser concluído aos 12 anos de idade. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. *op. cit.* p. 177-191.

¹¹⁸ *Ibid.* p. 178.

¹¹⁹ *Ibid.* p. 178.

No caso estudado, os cativos com idade igual ou inferior a sete anos correspondem a 14,67% do contingente cativo listado no documento. De todas as 27 crianças cativas, em apenas quatro podem ser identificados seus genitores. Embora Schwartz tenha observado que as crianças escravas eram utilizadas para guiar os bois na movimentação do engenho¹²⁰, a *fábrica* do Cunhaú era movida por força hidráulica, não havendo necessidade do uso das crianças, portanto. Este dado leva a supor que a última compra de escravos feita pela inventariada deu-se há aproximadamente 15 anos antes de seu falecimento, portanto, 21 anos antes da elaboração do inventário. Tempo suficiente para a formação de famílias escravas e o surgimento do elevado número de crianças cativas.

Florentino e Góis mostram a prática de compadrio entre os cativos, como forma de estabelecimento de vínculos internos¹²¹. Uma vez que não são encontrados os pais das crianças cativas, pode-se supor que estes moleques¹²² foram apadrinhados por outros cativos da mesma fazenda. Os autores afirmam ainda que essa prática, comum no Rio de Janeiro, possibilitava a criação de laços interpessoais e a formação de uma “comunidade africana¹²³”. Os mesmos autores afirmam ainda que em propriedades cujo intervalo de compra de escravos superasse os 20 anos, 90% dos cativos possuíam parentes na propriedade¹²⁴. Essas “redes de relações sociais” formadas entre os escravos, segundo os autores, era o que dava suporte às crianças cujos pais não estavam mais presentes, por morte ou por venda¹²⁵.

De toda forma, o número de escravos menores de sete anos correspondia a uma quantidade bastante significativa para uma propriedade que dependia da produção de açúcar e cultivo da cana. Esse número fica ainda maior quando se soma ao número de escravos maiores de 35 anos, considerados velhos para o trabalho, que correspondiam a 19% da população escrava listada no inventário.

Schwartz observou em seu estudo que em um engenho em São Vicente, dos 130 escravos pertencentes à propriedade, metade dessa população era composta por velhos ou crianças. Contudo, esse contingente era tido como o melhor da região¹²⁶. Tratando-se do

¹²⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *op. cit.* p. 109.

¹²¹ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. *op. cit.* p.182.

¹²² Nomenclatura utilizada por Kátia Mattoso para designar as crianças escravas. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *op.cit.* p.251.

¹²³ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. *op. cit.* p.183

¹²⁴ *Ibid.* p.181.

¹²⁵ *Ibid.* p.181

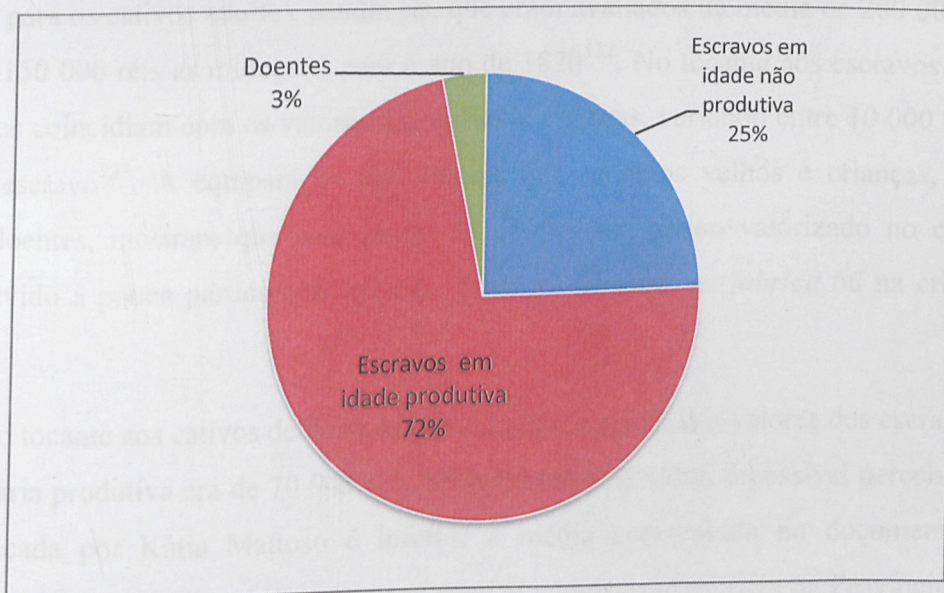
¹²⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *op. cit.* p. 63.

engenho Santana, também estudado pelo referido autor, este destaca que 25% da população escrava era muito jovem, muito velha ou muito doente¹²⁷.

Na totalidade, os cativos cuja idade estava fora da faixa de produtividade correspondiam a 25% do total de escravos. Um quarto de todos os cativos de Antônia Josefa não se enquadrava no melhor perfil para o trabalho. Este número corrobora com a ideia de Florentino e Góis de que as propriedades as quais passassem muito tempo sem comprar escravos, o número de cativos fora da faixa de produtividade tendia a aumentar significativamente quando comparado aos números das fazendas com mais fluxo de compra de escravos.

Juntamente com os escravos não produtivos devido à idade, estão os cativos cujo estado de saúde os impossibilitava de trabalhar na lavoura, ou *fábrica*. Foram listados no inventário sete escravos *doentes*: um aleijado de uma mão, outro de uma perna, uma portadora de hérnia, um considerado “muito doente e sem mais remédio” além de três cujas doenças não foram especificadas¹²⁸. Com esses números, verifica-se que 28% do contingente escravo não era produtivo, ficando apenas 72% dentro da faixa de produtividade, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 5: Escravos por faixa de produtividade.



FONTE: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *O engenho cunhaú à luz de um inventário*. – Natal: Fundação José Augusto, 1993.

¹²⁷ Ibid. p. 63.

¹²⁸ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *op. cit.* p 55.

A idade dos cativos de uma propriedade pode servir, entre outras coisas para determinar o intervalo com o qual os proprietários compravam cativos, como sugerido por Florentino e Góis. Contudo, esta informação também serve de base para a avaliação do valor desses cativos para a elaboração do valor do espólio do inventariado. A seguir será analisado os valores atribuídos aos cativos de Antônia Josefa, como parte de suas propriedades.

4.4 O VALOR DOS CATIVOS

De acordo com Kátia Mattoso, a idade dos cativos era um fator importante para a determinação de seus valores¹²⁹. Os escravos velhos e as crianças tinham baixo valor de mercado, quando comparados com os escravos dentro da faixa produtiva de trabalho. Florentino e Góis afirmam que o tráfico atlântico privilegiava os escravos adultos, “apenas 4% dos escravos desembarcados no Valongo, naquela época [século XVIII], possuíam menos de dez anos de idade¹³⁰”.

Para a primeira metade do século XIX, Kátia Mattoso afirma que o valor dos escravos velhos e crianças variavam entre 10 000 a 50 000 réis¹³¹, valores muito inferiores aos atribuídos para os cativos adultos, saudáveis, que eram avaliados na média de 200 000 réis os homens e 150 000 réis as mulheres, para o ano de 1820¹³². No tocante aos escravos doentes, seus valores coincidiam com os valores dos velhos e crianças, variando entre 10 000 e 50 000 réis cada escravo¹³³. A equiparação dos valores dos escravos velhos e crianças, com os escravos doentes, mostram que esse grupo de cativos era pouco valorizado no comércio escravo devido à pouca participação no eito, fosse na lavoura, na *fábrica* ou na criação de gado.

No tocante aos cativos de dona Antônia Josefa, a média dos valores dos escravos fora da faixa etária produtiva era de 70 945 réis. Observando este valor, é possível perceber que a média indicada por Kátia Mattoso é inferior à média apresentada no documento. Esta disparidade de valores indica o elevado custo para se adquirir um escravo na Província do Rio Grande do Norte. Isto se deve à distância entre o ponto de venda e a Província.

¹²⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Op. cit.* p. 86.

¹³⁰ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. *Op. cit.* p. 177.

¹³¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *op. cit.* p. 86-87.

¹³² *Ibid.* p. 85-86

¹³³ *Ibid.* p. 87

Dentre os valores dos escravos fora da faixa etária de produtividade dois cativos apresentam valores equivalentes aos escravos homens, adultos, seguindo a média apresentada por Kátia Mattoso. Esses escravos eram, um, o feitor da fazenda Tamatanduba, cujo valor atribuído foi 200 000 réis, *cabra* de 40 anos, e o outro era carreiro, *cabra* de mesma idade, também do Tamatanduba, ao qual foi atribuído o mesmo valor de 200 000 réis. Essa quantidade, de acordo com Mattoso, dizia respeito ao valor máximo de um escravo adulto, sadio do sexo masculino, no ano de 1820. Esse fator é explicado por Schwartz, uma vez que afirma terem os artesãos, feitores e escravos domésticos valores superiores aos cativos cujo trabalho era vinculado à lavoura¹³⁴. Essa valorização é vista também nos escravos especializados da *fábrica*.

Quando observado o valor dos doentes, independente de idade ou etnia, é possível encontrar uma média de 71,250 réis por cativo, sendo que dois dos sete cativos classificados por doentes não apresentam valor algum vinculado a eles, devido ao estado agravado de sua saúde. Este valor encontrado nos cativos de dona Antônia Josefa também supera o valor atribuído por Mattoso aos cativos doentes, da mesma forma como as crianças e velhos.

Se o valor dos escravos havia subido, ou se, de alguma forma, os cativos de dona Antônia valiam mais que os demais, ou se realmente os custos de compra e transporte dos cativos fazia seu valor ser mais elevado, o fato é que, do ponto de vista do valor dos cativos, os que pertenciam à inventariada foram avaliados acima da média percebida na pesquisa da historiadora Kátia Mattoso, que resultou, ao fim do inventário, uma maior soma do cabedal a ser distribuído entre os beneficiários herdeiros

¹³⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *op. cit.* p. 137.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo surgiu a partir da inquietação provocada pela persistente afirmação dos historiadores das décadas de 1920 e 1930 de que a escravidão praticada no Rio Grande do Norte fora inexpressiva ou até mesmo inexistente. A inquietação tornou-se ainda maior, quando era afirmado, pelos mesmos autores, que nesta capitania houveram várias terras destinadas ao cultivo da cana e engenhos para o fabrico do açúcar.

Ao longo dos estudos sobre a história do Rio Grande do Norte, foi identificada a presença do escravo negro desde a fundação da capitania, ainda em 1600. Como poderia então o negro ser tão inexistente ou inexpressivo?

Dada partida na busca de indícios do negro na Capitania, deparou-se com a publicação de Olavo de Medeiros Filho, na qual constava a transcrição do inventário de Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro. Neste documento encontram-se listados todos os escravos da inventariada. Esta lista apresenta a soma de 154 cativos pertencentes a uma única proprietária. Neste momento a pesquisa tomou rumo específico, que deu origem a este trabalho.

Antônia Josefa, viúva de André de Albuquerque Maranhão, havia herdado de seu marido todas suas terras e com elas seus escravos. No inventário, estão contidas informações importantes para a percepção do perfil do cativo de suas propriedades. Ponto inicial para um estudo do perfil do escravo não ameríndio no Rio Grande do Norte.

Comparando os dados apresentados no inventário estudado com estudos anteriores, referentes a diversas regiões da América portuguesa, publicados por diversos autores, foi possível perceber que o perfil do cativo de dona Antônia Josefa condizia com o perfil das demais áreas anteriormente estudadas.

Embora a província do Rio Grande do Norte não tenha sido de grande importância para a corte portuguesa, a presença do negro nestas terras é inegável. Também se torna inegável que o negro escravizado nestas terras exerceu as mesmas funções e seguiu o mesmo perfil encontrado nas Províncias de maior importância para a corte.

A família Albuquerque Maranhão se fez presente na América portuguesa desde os primeiros momentos do estabelecimento da ainda Capitania do Rio Grande. Primeiramente com Jerônimo de Albuquerque e seu filho, homônimo, que teve participação ativa na

colonização das capitanias do Norte. Jerônimo de Albuquerque Maranhão deu aos seus filhos a sesmaria na qual foi instalado o engenho Cunhaú. Terras nas quais se encontravam a maior parte dos escravos estudados.

Ao longo de dois séculos a família se fez presente nas terras do Norte da colônia luso-americana. André de Albuquerque Maranhão, morto na revolução de 1817, havia dado continuidade às atividades agrícolas e pecuarísticas desenvolvidas pela família ao longo dos séculos na capitania.

Administrando as posses que sua mãe herdara de seu pai, André administrava as várias terras, engenhos e rebanhos, além das plantações de cana e algodão, juntamente com o fabrico do açúcar desenvolvido no engenho Cunhaú. Seu cabedal, listado no inventário estudado, era vasto e certamente um dos maiores da região, acumulado ao longo de muitos anos e sucessivas repartições hereditárias.

Embora tenha sido observada a valiosa fortuna, é possível perceber o grande valor de dívidas passivas adquiridas pela família e que também constam no documento estudado. Os motivos que levaram a família a dever tamanha quantia é ainda, para esta pesquisa, um mistério. Contudo é possível supor que: primeiro, devido à revolução de 1817, a família tenha sofrido grande baixa em suas finanças. Este fator justificaria também os poucos bens móveis existentes nas propriedades no momento da tramitação do inventário, tendo sido, eles, confiscados após a condenação dos envolvidos. Uma segunda hipótese é a decadência financeira devido aos poucos frutos gerados pelo comércio do açúcar no início do século XIX e o não interesse no cultivo do algodão.

Outra informação também importante encontrada no inventário, é que grande parte das dívidas adquiridas pela inventariada deveriam ser pagas a pessoas da mesma família. Este fator leva a suspeitar de uma rede de auxílio dentro da família Albuquerque Maranhão. À necessidade, créditos eram cedidos aos membros familiares, evitando assim o acúmulo de dívidas com terceiros.

Incorporado ao cabedal de dona Antônia Josefa, foi possível verificar e analisar o elevado número de cativos de que a inventariada dispunha em meio às suas posses. Esse contingente cativo bastante heterogêneo enquadrou-se perfeitamente dentro do perfil dos escravos encontrados, no mesmo período estudado, em outras Províncias.

Os cativos listados exerciam funções diversas nas propriedades de dona Antônia Josefa. Das mais específicas e de maior esforço como *tacheiros* e *carapinas*, aos mais gerais e de maior *status*, como o feitor. Essas funções, assim como nas demais localidades, eram exercidas prioritariamente por escravos do sexo masculino, devido à necessidade de maior força braçal. As mulheres, embora não especificadas no documento, provavelmente auxiliavam os homens nas *fábricas* e/ou exerciam funções dentro da casa do engenho, no lido doméstico, além da lavoura.

O elevado número de cativos cuja idade encontrava-se fora do perfil etário ativo no trabalho do engenho proporciona um vislumbre da frequência com a qual eram feitas as compras de cativos para a propriedade. Uma vez que o mercado de escravos mais próximo se encontrava no porto de Pernambuco, as compras de cativos provavelmente seriam feitas com um intervalo de aproximadamente 25 a 30 anos, dada a quantidade de crianças e velhos existente nas propriedades, especialmente nos engenhos Cunhaú e Tamatanduba.

Essa distância entre o mercado de venda de escravos e as propriedades da inventariante influenciava diretamente no valor dos seus escravos. Foi percebido que os valores dos cativos listados eram superiores aos valores encontrados pela pesquisadora Katia Mattoso ao estudar os preços dos cativos no mesmo período. Embora o preço máximo para um escravo adulto, homem, encontrado nesta pesquisa, seja equiparado ao valor encontrado pela historiadora citada, foi percebido que o valor dos escravos velhos, crianças e doentes, além das mulheres e demais cativos sem função específica, eram superiores aos preços apresentados pela historiadora em sua pesquisa. Esse fator favoreceu o espólio da inventariada, aumentando assim o valor da herança a ser repartida entre os herdeiros.

Assim, percebe-se formar o perfil dos cativos desta família. Cativos que em nada se diferenciavam dos demais encontrados ao longo da colônia. O número de escravos em uma propriedade e em sua *fábrica*, atividades exercidas, valores, discrepâncias entre números de adultos, crianças e velhos e valores. Todos os fatores condizem com o que já foi estudado por outros pesquisadores em outros momentos e outras regiões. O Rio Grande do Norte foi uma Capitania e Província à margem da corte, mas isso não diferenciou o modelo escravista implantado por uma das mais relevantes famílias da região.

Para estudos posteriores ficam a responsabilidade de abranger esta pesquisa a fim de verificar em toda região da Província a permanência do padrão encontrado neste estudo, com o objetivo, então, de esclarecer, por fim, como ocorreu a escravidão no Rio Grande do Norte.

BIBLIOGRAFIA

- CASCUDO, Luiz da Câmara. *A casa de Cunhaú: história e genealogia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.
- _____. *História Do Rio Grande do Norte*. 2.ed. Natal: FJA, 1984.
- CASTRO, Hebe. *História Social*. In CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de Teoria e metodologia*. Campus - Rio de Janeiro, 1997. p. 45 – 60
- FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana*. In. *Anaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. 1.v.
- GOIS, José Roberto de. FLORENTINO, Manolo. *Crianças escravas, crianças dos escravos*. In: DEL PRIORE, Mery. (Org) *História da Criança do Brasil*. Contexto. São Paulo, 7.ed. 2010.
- LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. 2005. 700p. Tese (Doutorado em História do Brasil) UFPE. Recife.
- _____. *Missões religiosas: Índios, colonos e missionários*. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens*. Natal: EDUFRN, 2011
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense*. Natal ; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.
- _____. *Rústicos cabedais: cotidiano nos sertões do Seridó (século XVIII)*. 2007. 300p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal
- MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo B. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Marlene da S. Mariz, 2005.
- MATOSO, Kátia. *O filho do escravo*. In: DEL PRIORE, Mery. (Org) *História da Criança do Brasil*. Contexto. São Paulo, 3. Ed. 2002.
- MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. 3.ed. Natal: EDUFRN, 2007.
- POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1923.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550 – 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

STANCZYK FILHO, Milton. *Instrumentos de Pesquisa: indicadores possíveis na exploração de testamentos e inventários post-mortem*. Anais da V Jornada Setecentista- Curitiba, 2003.

FONTES

KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. London: Paternoster-row, 1816.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Engenho Cunhaú à luz de um inventário*. Natal: FJA, 1993.

